

SESSÕES DO PLENÁRIO

16ª Sessão Ordinária da Assembleia Legislativa do Estado da Bahia, 24 de março de 2009.

PRESIDENTE: DEP. MARCELO NILO

1º SECRETÁRIO: DEP. ROBERTO CARLOS

2º SECRETÁRIO: DEP. FERNANDO TORRES “2º VICE-PRESIDENTE”

À hora regimental verificou-se na lista de presença o comparecimento dos seguintes senhores Deputados: Aderbal Caldas, Adolfo Menezes, Álvaro Gomes, Ângela Sousa, Antônia Pedrosa, Arthur Maia, Bira Corôa, Capitão Tadeu, Carlos Ubaldino, Clóvis Ferraz, Edson Pimenta, Eliana Boaventura, Eliedson Ferreira, Elmar Nascimento, Emério Resedá, Euclides Fernandes, Fábio Santana, Fátima Nunes, Fernando Torres, Ferreira Ottomar, Gaban, Getúlio Ubiratan, Gilberto Brito, Gildásio Penedo Filho, Heraldo Rocha, Isaac Cunha, Ivo de Assis, J. Carlos, Javier Alfaya, João Bonfim, João Carlos Bacelar, Joélcio Martins, José Nunes, Júnior Magalhães, Jurandy Oliveira, Leur Lomanto Júnior, Luciano Simões, Luiz Argôlo, Luiz Augusto, Luiz de Deus, Marcelo Nilo, Maria Luiza Laudano, Marizete Pereira, Misael Neto, Nelson Leal, Paulo Azi, Paulo Câmera, Paulo Rangel, Pedro Alcântara, Prof. Valdeci, Reinaldo Braga, Roberto Carlos, Rogério Andrade, Ronaldo Carletto, Sandro Régis, Sérgio Passos, Virgínia Hagge, Waldenor Pereira, Yulo Oiticica e Zé Neto. (60)

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Invocando a proteção de Deus, declaro aberta a presente sessão. Solicito ao Sr. 1º Secretário ler o expediente. Antes, porém, há um requerimento assinado por mais de 21 Srs. Deputados:

(Lê) “Os deputados infrafirmados, com base no que dispõe o inciso II, art. 92 do Regimento Interno, requerem a convocação de uma sessão extraordinária, a ser iniciada dois minutos após o encerramento desta, com o objetivo de apreciar as seguintes proposições:

Requerimento de urgência nº 6.730/2009, de autoria do deputado Waldenor Pereira, para o projeto de lei nº 16.942/2007, Requerimento de prioridade nº

6.729/2009, de autoria do deputado Waldenor Pereira, para o projeto de lei nº 17.840/09, bem como os seguintes projetos: projeto de lei nº 16.942/2007, projeto de resolução nº 1.984/2009 e o projeto de lei nº 17.688/2008.”

Defiro o requerimento.

Solicito ao Sr. 1º Secretário proceder à leitura do expediente.

(O Sr. 1º Secretário, deputado Roberto Carlos, procede à leitura do expediente.)

OFÍCIOS

Da Dep. Eliana Boaventura, comunicando sua ausência na sessão do dia 09/03/2009, devido a compromissos assumidos no cumprimento do mandato parlamentar.

Do Dep. Ferreira Ottomar, comunicando sua ausência nas sessões dos dias 09, 10 e 11/03/2009, por motivo de doença conforme atestado em anexo.

PEQUENO EXPEDIENTE

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Pequeno Expediente.

Com a palavra o deputado Heraldo Rocha, pelo tempo de até 5 minutos.

O Sr. HERALDO ROCHA:- Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Deputados, visitantes da Secretaria da Fazenda que nos dão a honra das suas presenças, caros ouvintes da *TV Assembléia*, ontem o *Datafolha*, do jornal *Folha de São Paulo*, apresentou uma pesquisa, que a *Tribuna da Bahia* já coloca em destaque, sobre a qual realmente eu gostaria de fazer um breve comentário.

A situação dos candidatos de oposição, juntos, se assemelha aos dados pífios do governador Jaques Wagner. Ele apresentou na pesquisa estimulada 36%, enquanto 64%, ou seja, 2/3 dos baianos, rejeitavam o seu governo.

No mesmo período, faltando 18 meses para a eleição, em que o governador Paulo Souto apresentava 65% entre ótimo e bom, o governador Jaques Wagner apresentou 36%.

Os cenários apontados pela pesquisa não refletem a realidade. Mas aparece muito bem situado o senador César Borges. Não é de se duvidar, porque é um grande senador, foi um bom governador e exerce uma função de respeito no Senado. Aparece o nosso deputado federal ACM Neto, que não pode ser candidato porque ainda não tem 35 anos, com um índice percentual, deputado Clóvis Ferraz, igualmente excelente. Aparece também a deputada Lídice da Mata, que não é adversária do Exmo. Sr. Governador Jaques Wagner.

Então, vejam que o cenário apresentado coloca o nosso grupo político numa situação bastante favorável mostrando que, se tivermos um segundo turno, acaba totalmente com a situação do governador Jaques Wagner.

Ainda analisando a pesquisa, vejam bem, o senador César Borges, o deputado federal ACM Neto e o governador Paulo Souto não são adversários. Na verdade, a sucessão baiana ainda está indefinida e passará, fundamentalmente, pela sucessão presidencial. Esse quadro, essa fotografia é de momento, quem conhece pesquisa sabe disso, apesar de o governador estar por aí apregoando obras que ainda não foram executadas, obras que ainda estão em construção, dando-as como concluídas.

Tenho dado entrevista em rádios do interior e sempre faço uma pergunta: quantas salas de aula este governo construiu? Acabei de dar entrevista para uma emissora da Cidade de Serrinha, agora, na hora do almoço, e perguntei ao repórter: quantas salas de aulas foram construídas por este governo? E o repórter respondeu: “Nenhuma”.

Deputado Fernando Torres, os alunos da Uneb em Valença estão acampados na reitoria da universidade em Salvador. Os alunos de Medicina da UEFS estão, praticamente, sem aula. As universidades estão sendo sucateadas.

A dengue está aí. A segurança pública!... As aulas não começaram.

Então, o governador deve agradecer a Deus...

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Para concluir, nobre deputado.

O Sr. HERALDO ROCHA:- Concluirei, Sr. Presidente.

(...) por ter aparecido na pesquisa muito melhor do que eu esperava: 36%! Está governando o Estado com 36% de aceitação, mesmo com a máquina, com dinheiro, com o presidente Lula, com Dilma Rousseff, com todo mundo. É, realmente, uma pérola na política!

Muito obrigado.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Com a palavra o deputado João Carlos Bacelar, pelo tempo de até 5 minutos.

O Sr. JOÃO CARLOS BACELAR:- Sr. Presidente, Srs. Deputados, comenta-se que no Brasil – inclusive, dados da CPI dos Grampos – anualmente 3 milhões de pessoas são escutadas, têm suas ligações telefônicas interceptadas. E no governo Wagner, pense num absurdo que há um precedente. A Secretaria da Fazenda, como publicado no *Diário Oficial* do dia 19 de março, através de inexigibilidade de licitação, isto é, não houve disputa, contratou uma empresa para comprar um equipamento, de produção israelense, responsável por algumas das mais escandalosas operações de escuta telefônica no Brasil. Oitocentos mil reais a Secretaria da Fazenda está gastando para...

Deputado Waldenor Pereira, é uma denúncia muito grave: a Secretaria da Fazenda está comprando, com dispensa de licitação, um aparelho para grampear telefones. Sabemos que no Brasil só tem autorização para fazer escuta telefônica a Polícia Judiciária, isto é, a Polícia Civil e a Polícia Federal.

O Fisco do Sr. Jaques Wagner, o Fisco que Jaques Wagner quer aparelhar, está comprando agora um equipamento para fazer arapongagem, para fazer escuta telefônica ilegal. Coitado dos comerciantes e dos empresários baianos.

O fisco de Wagner, que ele quer usar como instrumento partidário, compra agora um equipamento para fazer escuta telefônica, que só a Polícia Federal e a Polícia Civil, mediante autorização judiciária, têm a competência, deputado Gilberto Brito. É esse o governo democrático, é o governo do discurso, mas a prática é totalmente diferente.

Wagner está usando a máquina da Secretaria da Fazenda para continuar no poder, coisa que nem na ditadura os governadores tiveram coragem. É esse o governo democrático, é esse o governo republicano.

No Brasil sabemos que a escuta telefônica é um grande instrumento para investigação, e aqui temos um delegado, o deputado Gilberto Brito, que pode testemunhar. Mas o grampo telefônico não pode ser a rainha das provas; a escuta telefônica não pode ser a rainha das provas. É um instrumento de exceção e agora, líder, como... porque incompetente o governo é, mas como agora justifica um governo, que se diz democrático, estar comprando para a Secretaria da Fazenda um equipamento para fazer grampo?

Faço aqui um apelo ao nobre deputado Nelson Pelegrino, relator da Comissão da CPI do grampo, que convoque o governador, para que o governador vá depor na CPI, haja vista que o que o governador e o secretário da Fazenda querem fazer é uma escuta ilegal, porque legalmente a Secretaria da Fazenda não tem a competência para efetuar grampos.

Então ou Jaques Wagner ou o Sr. secretário da Fazenda, um dos dois, está praticando um delito. Por que, líder, esta é a pergunta, o secretário da Fazenda comprou, sem fazer licitação, um equipamento israelense...

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Para concluir, deputado.

(...) equipamento que está associado às mais escabrosas escutas telefônicas no Brasil. Comprou esse equipamento para fazer escuta telefônica na Secretaria da Fazenda.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Questão de ordem, deputado Waldenor Pereira, Líder do governo.

O Sr. Waldenor Pereira:- Sr. Presidente, sobre essa questão do grampo, no tempo adequado nós responderemos ao nobre colega, deputado João Carlos Bacelar, até porque quem entende muito de grampo é a bancada de V.Ex^a (Palmas!)

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Deputado, questão de ordem.

O Sr. Waldenor Pereira:- Mas sobre a questão de ordem...

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Por favor, vocês, das galerias, não podem se manifestar.

(O Sr. João Carlos Bacelar fala fora do microfone.)

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Eu darei... Calma, calma, eu darei a questão de ordem... Deputado.... Deputado... deputado, calma, deputado, por favor, deputado João...

O Sr. Waldenor Pereira:- Eu vou corrigir.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):-(...) deputado ... deputado, eu darei a questão de ordem a V.Ex^a Deputado, eu darei a questão de ordem, deputado... Questão de ordem, V.Ex^a, deputado Waldenor.

O Sr. Waldenor Pereira:- Eu quero pedir desculpa ao deputado João Carlos pelo transtorno que causei...

(O Sr. João Carlos Bacelar fala fora do microfone.)

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Deputado...

O Sr. Waldenor Pereira:- Dá licença, deputado, dá licença ... Eu quis dizer que quem entende de grampo é o projeto político de V.Ex^a, assim fica melhor. O projeto político de V.Ex^a entende muito de grampo, aliás...

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Deputado Waldenor, a questão de ordem, por favor.

Srs. Deputados, a partir de agora o Presidente não vai aceitar, em questão de ordem assuntos, que não sejam...

O Sr. Waldenor Pereira:- Eu peço desculpa, eu peço desculpa.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Não é só com V.Ex^a, mas com todos os 63. A partir de agora, questão de ordem só do Regimento. Quem quiser discursar que o faça na tribuna. Não estou falando com V.Ex^a, deputado Waldenor Pereira, estou falando com todos. Esta é uma decisão geral.

A partir de agora, a Presidência não concederá questão de ordem sobre assuntos não regimentais. Isso valerá para os 63 Srs. Parlamentares. Peço aos deputados Heraldo Rocha, Waldenor Pereira e Pedro Alcântara que comuniquem esta decisão aos seu Blocos, a partir deste momento, questão de ordem só relacionada ao Regimento. Faço um apelo aos Srs. Deputados. Repito, não estou falando especificamente com V.Ex^a, deputado Waldenor Pereira...

O Sr. Waldenor Pereira:- Obrigado, deputado.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- (...) Coincidentemente, foi V.Ex^a que estava falando agora, mas isso vale para todos os 63 Parlamentares.

Questão de ordem para o deputado Waldenor Pereira.

O Sr. Waldenor Pereira:- A questão de ordem, Sr. Presidente, que formulamos à Presidência da Mesa diz respeito ao projeto de interesse do Fisco. Na condição de Líder do governo nesta Casa, gostaria de consultar V.Ex^a a respeito da tramitação e da possibilidade de votação desse projeto. Tenho sido procurado, agora há pouco, fui procurado mais uma vez pelas lideranças, tanto do Sindsefaz quanto do IAF, quanto à decisão da Mesa de colocar o projeto em votação e informei às lideranças que o governo encaminhou o projeto, que tramitou dentro dos períodos regulamentares estabelecidos pelo Regimento da Casa, e que ele já poderia ser votado a partir do dia de amanhã. Todavia, é o presidente da Mesa Diretora, V.Ex^a, presidente desta Casa, que define o cronograma de votação, inclusive a Ordem do Dia.

Quero dizer que a Bancada governista está disposta a votar o projeto amanhã, quarta-feira. Todavia, consulto V.Ex^a quanto a essa possibilidade de apreciação e votação do projeto, tendo em vista o cumprimento da tramitação. Essa é a nossa consulta, é a questão de ordem que eu formulo para apreciação de V.Ex^a.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Ontem, nós assinamos e colocamos esse projeto na Ordem do Dia. Hoje, votaremos o projeto da CGE e o projeto de resolução de V.Ex^a. Inclusive, V.Ex^a já enviou um requerimento, que será votado numa sessão extraordinária, vez que já foi deferido e assinado por mais de 21 Srs. Deputados.

O projeto do Fisco, que está em pauta, será votado amanhã em sessão ordinária, vez que está na Ordem do Dia. O projeto da Secretaria da Fazenda será votado amanhã, portanto avisem aos Srs. Deputados. (Palmas)

Questão de ordem do deputado Gildásio Penedo Filho.

O Sr. Gildásio Penedo Filho:- Sr. Presidente, com todo respeito que tenho ao deputado Waldenor, quero dizer que o deputado tem a prerrogativa de colocar-se da forma como bem entende da tribuna desta Casa, é uma prerrogativa do Parlamento.

O deputado Waldenor, na tentativa de querer defender-se de uma acusação, de uma denúncia, prudentemente apresentada pelo deputado João Carlos Bacelar, respaldada, inclusive, em publicações do *Diário Oficial*, fez uma acusação, ao meu ver, deselegante à Bancada como um todo. O deputado Waldenor colocou-se dizendo que quem entendia de grampo era a Bancada de Oposição.

O trato, nesta Casa, deputado Waldenor, de todos nós... Acho que cabe uma correção. Não é prudente fazer uma colocação tão ampla e generalizada a uma Bancada que tem se portado com equilíbrio com a condução do deputado Heraldo Rocha.

Peço a V.Ex^a, presidente, que possa ponderar o deputado Waldenor, Líder do governo. Ele pode defender-se, é legítimo, pois é uma denúncia, e o governo tem condições e deve ter suas razões para comprar esse equipamento da forma como foi feita, mas isso não pode justificar uma acusação tão generalizada a uma Bancada, como a Bancada de Oposição desta Casa.

E tenho certeza, em absoluto, pelo que conheço da Casa, de que ninguém, absolutamente ninguém, participou de nenhuma tentativa, ninguém aqui nunca foi do Executivo para comprar ou usar desse ou daquele expediente.

Portanto, peço, para o bom trato da Casa e o equilíbrio das coisas, que V.Ex^a possa ponderar o deputado, Líder do governo, que não é qualquer deputado, é o Líder do governo, aqui, no momento, que faz uma acusação generalizada, inclusive, não condizendo com seu trato, com sua forma sempre equilibrada na condução das causas. Portanto, eu faço essa ponderação a V.Ex^a.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Deputado, o próprio deputado Waldenor, Líder do governo, que todos nós conhecemos, que é uma pessoa educada, sempre tratou todos com muito respeito, inclusive retificou. Antes de nós pedirmos, houve uma retificação.

Numa questão de ordem, nós não aceitaremos mais qualquer discussão parlamentar, exceto no Regimento. No plenário, caso não seja falta de decoro parlamentar, o deputado tem o direito de fazer os seus discursos, suas denúncias, suas ponderações e o deputado João Carlos Bacelar o fez na Tribuna com a responsabilidade que ele tem, eleito pelo povo da Bahia. O deputado Waldenor, que não poderia ser diferente, pelo seu passado, corrigiu e a Presidência, inclusive, se

V.Ex^a quiser...

O Sr. Waldenor Pereira:- Questão de ordem.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- V.Ex^a quer uma questão de ordem?

Só gostaria que fosse breve, por favor.

O Sr. Waldenor Pereira:- De uma forma sempre ponderada como faço, retificar de forma mais contundente.

De fato eu me equivoquei em citar a Bancada. Ou eu troco a Bancada pelo projeto político, ou naturalmente irei fazer uso da Tribuna, oportunamente, para tratar do assunto, mas peço desculpas ao deputado João Carlos Bacelar e à Bancada, porque de fato quando no calor da emoção para responder, eu citei a Bancada, quando na verdade, o termo adequado seria o projeto político que o deputado João Carlos compõe, defende, mas nós, oportunamente, teremos condições de fazer um debate de qualidade na Tribuna desta Casa.

Obrigado, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Pois não. Eu, só para ficar claro, sugiro, aliás, eu oriento, a todos os deputados que assumirem a Presidência, independente de conotação partidária, que a partir desse momento só conceda questão de ordem com relação a dúvida do Regimento, conforme o próprio Regimento orienta.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):-Com a palavra o deputado Adolfo Menezes pelo tempo de até 5 minutos.

O Sr. ADOLFO MENEZES:- Sr. Presidente, Srs. Deputados, Deputado João Carlos, V.Ex^a que foi presidente da Câmara de Salvador, vereador dessa cidade, conhece muito bem, deputado Heraldo, a cidade de Salvador que irá fazer mais um ano nesses próximos dias e que o deputado Clóvis não terá muito o que comemorar.

Eu passava por Itapuã a poucos dias e a muito, deputado Heraldo, não tinha andado por aqueles bairros. Eu imagino que Dorival Caymmi deve estar se revirando no seu túmulo pela vergonha dessa quarta capital do país, primeira capital do Brasil, ter uma orla, que nós já falamos aqui por diversas vezes e já houve aqui Sessão Especial, diga-se de passagem que já vêm de outros prefeitos, mas o prefeito João Henrique já está no seu primeiro ano do seu segundo mandato, portanto no quinto ano administrando Salvador. É inadmissível que não se chegue, deputado Sandro, a um bom termo e o Aeroclube continue do jeito que está.

Essa orla que envergonha todos nós, baianos, onde já virou uma favela, e entra mês e sai mês, entra ano e sai ano e não tem quem resolva o problema, deputado Clóvis.

Itapuã, cantada em prosa e verso pelo saudoso Dorival Caymmi. Eu tenho certeza absoluta de que o turista que passar por aquele bairro, aquela praia, não passar uma tarde, como dizia a música, deputado João Carlos, mas apenas passar por lá, não voltará nunca mais, deputado Sandro. Porque é uma vergonha, virou uma favela completa. Eu estou falando hoje de Itapuã, para não falar nos demais bairros que compõe a orla de Salvador, que a natureza nos deu. Uma das praias mais bonitas do Brasil e do mundo, mas os administradores a transformaram em uma favela. É uma vergonha! E Salvador, ao completar mais um ano da sua fundação, deveria dar a sua

população motivos para comemorar. Mas, repito, é uma vergonha! Já me pronunciei aqui diversas vezes, e não se chega a um bom termo, deputado Heraldo. A nossa orla, por natureza, é a mais bonita do Brasil, uma das belas do mundo, mas nos envergonha se a compararmos à de Alagoa, de Fortaleza, à da Boa Viagem, em Recife.

Para não falar do metrô. Ontem mesmo assisti ao presidente Lula assinando a conclusão, deputado Sandro, de mais um trecho do metrô de Recife. Enquanto isso, o nosso “ferrorama”, que vai ligar o Campo da Pólvora ao final da Bonocô, não é concluído. É vergonhoso, deputado, infelizmente. Não posso aplaudir o fato de a quarta capital do País não ter ainda 1 metro de metrô. Salvador tem 3 milhões de habitantes, mas esse metrô, que vai ligar, reitero, o Campo da Pólvora ao final da Bonocô, beneficiará, segundo especialistas, apenas 30 mil moradores desta cidade.

E o nosso trânsito dispensa comentários! Não se vai a lugar nenhum sem se perder uma, duas ou três horas. Então, na minha opinião, esta cidade não tem o que comemorar.

Era isso, Sr. Presidente, o que eu tinha a dizer nesses 5 minutos. Muito obrigado.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Com a palavra o deputado Gildásio Penedo Filho.

O Sr. GILDÁSIO PENEDO FILHO:- Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr^{as} Deputadas, imprensa presente, Galerias, que novamente estão ocupadas, legitimamente, por membros da Secretaria da Fazenda do nosso Estado, hoje esta Casa deverá apreciar um projeto de lei enviado para cá em 2007, que tem como propósito a criação da Controladoria Geral do Estado.

A Bancada da Oposição, nobre Líder Heraldo Rocha, vem externando o seu posicionamento ao longo desses meses de tramitação dessa matéria, sendo conceitualmente a favor dessa iniciativa, embora entendendo que ele deva ser aprimorada, deputado Waldenor, Líder do governo. Já entendíamos, no final de 2007, que a CGE necessitava de ser ajustada em uma série de seus mecanismos.

E assim, fruto da provocação da Bancada da Oposição, ela voltou a uma comissão temática deste Poder, especificamente a de Finanças, Orçamento, Fiscalização e Controle, para uma série de audiências públicas envolvendo várias instituições e personalidades que tinham muito a contribuir para aprimorá-la. Passaram por aqui o Ministério Público estadual, o ex-controlador-geral da União, Waldir Pires, com a sua experiência, membros dos Tribunais de Contas do Estado e dos Municípios.

E assim, nobre deputado Rogério Andrade, 1º vice-presidente desta Casa, foram apresentadas a esta matéria cerca de 20 emendas, sendo 11 delas da Bancada de Oposição e de outro parlamentares, que procuraram contribuir para o aperfeiçoamento dela. Esperamos que o governo tenha tido, deputado J. Carlos, a sensibilidade de melhorar o projeto, porque entendemos que é uma matéria que

merece louvor, mas que precisaríamos, deputado Clóvis Ferraz, aperfeiçoa-lá, principalmente em uma série de aspectos que entendíamos até como infrações ao dispositivo constitucional tanto no âmbito da União, como no do próprio Estado.

Uma das emendas apresentadas, e ela é extremamente necessária, nobre Presidente, é a limitação de competências da CGE. Não se pode, sob o argumento do controle e da fiscalização, que já são exercidos por determinados órgãos, ferir-se um dos princípios elementares e basilares do estado de direito, que é a chamada divisão de competências entre os entes federativos.

Temos que limitar a fiscalização da CGE, deputado Gilberto Brito. As chamadas transferências voluntárias de recursos, ou seja, aqueles convênios efetivamente firmados entre o ente estadual e o ente municipal estariam sob o prisma de uma fiscalização específica da CGE. Mas, evidentemente, competências e recursos eminentemente municipais, seja o ICMS, seja o FPM, seja o próprio Fundef, não poderiam ser alvo de uma fiscalização da CGE, já que há um órgão específico do Estado, o Tribunal de Contas dos Municípios, que já faz essa fiscalização.

Entendíamos que era necessário também que a indicação do nome do dirigente da CGE, embora pertença ao chefe do Executivo estadual, passasse pelo crivo da maioria do Poder Legislativo baiano, como já é feito nas indicações dos conselheiros do Tribunal de Contas do Estado e do Tribunal de Contas dos Municípios.

Por exemplo, é importante também que funções hoje exercidas por um órgão que faz parte do arcabouço da Secretária da Fazenda, como a Auditoria Geral do Estado, possam ter as limitações legais e os quadros da CGE possam ser formados por servidores efetivos do Estado, não gerando, como se propõe no projeto inicial, a criação de quase 50 cargos de confiança, que, efetivamente, não dão a transparência e a independência funcional que se requer, deputado Marcelo Nilo, com a criação da CGE.

A Oposição espera, deputado Clóvis Ferraz – e é esse o sentimento que percebo na Bancada, especialmente do seu Líder, deputado Heraldo Rocha –, que avancemos nas negociações, deputado Waldenor, para que a Casa possa, efetivamente, aprimorar esses textos, que foram originalmente apresentados pelo Estado, e tenhamos, hoje, quem sabe, a aprovação do projeto por unanimidade, coroando a iniciativa, com a participação efetiva da Assembleia Legislativa.

É essa a nossa intenção e o nosso desejo, mas, efetivamente, vamos aguardar a apresentação do projeto pelo seu relator para que, efetivamente, possamos construir um modelo que seja independente funcionalmente,...

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):-Para concluir deputado.

O Sr. GILDÁSIO PENEDO FILHO:- (...) e que traga, de fato, a transparência devida a este órgão que, neste momento, se pretende criar por intermédio desse projeto de lei.

É essa a minha ponderação.

Agradeço a tolerância de V.Ex^a, presidente.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Com a palavra o nobre deputado Álvaro Gomes, pelo tempo de até 5 minutos.

O Sr. ÁLVARO GOMES:- Sr. Presidente, queria fazer uma saudação especial aos fazendários – agentes de tributos e auditores fiscais – aqui presentes, que querem a aprovação do projeto do Fisco amanhã – não é isso? Então o capítulo final dessa novela está previsto para amanhã, quando esperamos que, efetivamente, o referido projetos seja aprovado pela maioria dos parlamentares.

Não entendo alguns parlamentares que solicitam mais tempo para negociar e buscar uma solução envolvendo os diversos segmentos que estão discutindo essa questão. Enquanto se está negociando, impetram um mandado de segurança para impedir que haja a tramitação desse projeto. Mas a Justiça, fazendo justiça, negou o referido mandado afirmando que o projeto pode tramitar. Pode ser votado (Palmas!) e virar lei. Está aqui a decisão judicial que no final coloca: “(...), *capitaneado por tais considerações o esteio na jurisprudência pacificada do STF e no art. 8º, da Lei 1533/51, INDEFIRO A PETIÇÃO INICIAL.*”

Portanto, o projeto pode tramitar, sim. Pode se transformar em lei. Sem dúvida, conforme decide o Tribunal de Justiça da Bahia por unanimidade, o projeto pode tramitar. Há constitucionalidade, sim. E é possível que ele se transforme em lei. Então, o que eu não entendo é por que se propõe uma negociação e inesperadamente se ingressa com mandado de segurança! Que negociação é essa?! Que negociação é essa?! Propõe-se uma negociação, e ao mesmo tempo está sendo impetrado um mandado de segurança para impedir que o projeto tramite normalmente, como vem tramitando! (Palmas!) Acho que as questões estão claras, cristalinas, não têm mais nenhuma dúvida. Os argumentos colocados aqui contra o projeto são frágeis, todos eles foram completamente desmontados. Apareçam com outros argumentos, que nós também desmontaremos essas argumentações! (Palmas!) Porque os colocados até então são argumentos repetitivos, sem nenhuma consistência! Não correspondem à realidade. Portanto, se há um argumento forte, consistente e verdadeiro, que se coloque aqui, pois nós teremos a tranquilidade de discutir, debater o assunto com seriedade. Agora, se está propondo uma negociação e se está ingressando com um mandado de segurança, e isso não é correto! Portanto, vamos continuar e amanhã teremos o final desta novela. (Palmas!) E esse final sem dúvida nenhuma será o final que toda a Bahia espera.

E o que é que a Bahia espera? Agilidade do serviço público, eficiência, combate à sonegação, seriedade! É isso que a Bahia espera. E o final da novela vai corresponder às expectativas deste Estado. Então, vamos aprovar o projeto amanhã e acabar com esta novela!

(Palmas!)

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Com a palavra o deputado Misael Neto. Aliás, o deputado Clóvis Ferraz. Desculpe, o deputado Misael está ali. O deputado João Carlos já falou.

O Sr. Misael Neto:- Sou eu agora, Sr. Presidente?

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Seria V.Ex^a, mas cede ao deputado Clóvis? Por uma questão de idade?

O Sr. Misael Neto:- Cedo.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Com a palavra o deputado Clóvis Ferraz, pelo tempo de até 5 minutos.

O Sr. CLÓVIS FERRAZ:- Sr. Presidente, Sr^{as} Deputadas, Srs. Deputados, Sr^{as} e Srs. da Imprensa, Sr^{as} e Srs. do Fisco Estadual, da Secretaria da Fazenda, nós vamos falar posteriormente sobre o projeto do Fisco e o da CGE. E eu gostaria de falar neste momento, no Pequeno Expediente, da pesquisa do *Datafolha* relativa a diversos governadores dos estados, inclusive o daqui da Bahia, com prováveis candidatos da eleição de 2010.

É interessante, numa análise do nosso ponto de vista sobre a pesquisa aqui da Bahia, que os resultados não são o que disse e interpretou o governador Jaques Wagner, extremamente favoráveis a ele e ao seu grupo político. Se olharmos pelo viés do resultado, e até do método, como foi feita a pesquisa, veremos que ela tem determinadas “falhas”, entre aspas, primeiro, porque, dos atores colocados como prováveis candidatos, muito não são candidatos. Não são e não serão. Segundo, quando se colocam na pesquisa candidatos como o ex-governador Paulo Souto e o ex-governador César Borges, dá-se uma interpretação equivocada, porque eles fazem parte do mesmo grupo. Seria justo colocar na análise da pesquisa Jaques Wagner e Walter Pinheiro de um lado e Paulo Souto do outro? É claro que os resultados seriam diferentes, assim como foi quando se colocaram no mesmo campo, do mesmo lado, César Borges e Paulo Souto, e do outro lado apenas Jaques Wagner.

Terceiro, colocam-se candidatos que estão na mídia permanentemente, como é o caso do governador Jaques Wagner. Ele é o governador do Estado, está governando, está na mídia lançando obras, “executando” obras, entre aspas, pelo menos a mídia diz que ele está fazendo, quando na verdade não está. Paulo Souto nunca disse que é candidato, o governador Jaques Wagner foi lançado oficialmente, inclusive pelo partido, como candidato à reeleição. Todos sabem que ele é candidato, o PT já o lançou como candidato à reeleição. Paulo Souto nunca disse que é candidato a governador em 2010, mesmo assim aparece muito bem nas pesquisas, e aparece bem porque o povo da Bahia está a exigir a sua volta.

Vamos voltar e fazer outra comparação. Se olharmos o *recall* da pesquisa iremos ver que o governador Jaques Wagner ganhou no primeiro turno com 53% dos votos e agora ele só tem 36%. Então, esse resultado não é tão positivo assim. O governador Paulo Souto, durante seus mandatos, principalmente o último mandato, nunca foi avaliado com menos de 65% na pesquisa. O governador Jaques Wagner, hoje, tem apenas 36%. Esse resultado mostra que o povo quer o retorno do governador Paulo Souto, mostra que o governador Jaques Wagner não está bem nas pesquisas. Se ele estivesse fazendo as obras e os serviços que ele prometeu na campanha poderia até estar melhor, mas a realidade lá no interior, na cidade, a realidade na área da segurança, da saúde, do emprego, é totalmente diferente.

Quando se mostra aqui que o governador Eduardo Campos, de Pernambuco, tem um *recall* favorável, ou seja, foi eleito com menos do que está na pesquisa, a pesquisa mostra que ele tem uma aceitação maior, mostra, exatamente, por que Pernambuco está levando praticamente tudo. Estive recentemente numa reunião com o governador de Pernambuco e ele mostrou seu projeto de governo. Pernambuco, hoje, tem o pólo farmacológico, está com o Porto de Suape prontinho, pegando tudo. Pernambuco, hoje, conta com diversas obras de infraestrutura e serviços, e aqui, o governador Jaques Wagner, que se diz amigo de Lula, praticamente não tem nada.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Para concluir, deputado.

O Sr. CLÓVIS FERRAZ:- Concluindo, Sr. Presidente.

Falarei posteriormente, no próximo horário, sobre as questões do projeto da CGE e o do Fisco.

Mas volto a afirmar que o povo da Bahia quer o retorno do governador Paulo Souto.

Muito obrigado.

(Não foi revisto pelo orador.)

GRANDE EXPEDIENTE

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Grande Expediente.

Antes de iniciarmos o Grande Expediente, informo ao senhores na Galeria que amanhã, tendo em vista que haverá uma votação e muitas pessoas estão querendo acompanhar, as do SIM e as do NÃO, vamos separar as posições, uma parte ficará embaixo e a outra em cima. Vai ser por sorteio! A Assistência Militar da Assembleia vai coordenar o processo. Um ficará embaixo e o outro em cima. Vai ser por sorteio, para que possamos todos acompanhar amanhã. É preciso a separação, como se fosse um Ba-Vi, para não haver problema.

Grande Expediente.

Com a palavra o deputado Waldenor Pereira, pelo tempo de até 25 minutos.

Convido o deputado Rogério Andrade para presidir a sessão, para que eu possa ausentar-me por alguns minutos.

O Sr. WALDENOR PEREIRA:- Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr^{as} Deputadas, servidores do Fisco na Bahia, jornalistas, utilizarei o tempo do Grande Expediente para tratar da questão da Controladoria Geral do Estado, mas antes responderei à grave denúncia aqui feita pelo deputado João Carlos Bacelar. Na condição de Líder do governo, cabe a mim responder imediatamente à denúncia aqui apresentada pelo nobre colega e amigo, deputado João Carlos Bacelar.

O governo da Bahia, Srs. Deputados, Sr^{as} Deputadas, servidores aqui presentes, com o fim, o objetivo de combater a corrupção e os crimes de sonegação fiscal, decidiu constituir uma força-tarefa, integrada pela Secretaria da Fazenda, Ministério Público, Tribunal de Justiça e Secretaria da Segurança Pública.

Essa força-tarefa foi constituída formalmente com a participação dessas

instituições, inclusive o Ministério Público e o Tribunal de Justiça, que são autônomos, independentes, distintos do Poder Executivo da Bahia. Portanto, a aquisição desse equipamento, deputado João Carlos Bacelar, ainda que feita pela Secretaria da Fazenda, foi realizada de comum acordo pelas instituições que compõem a força-tarefa; e o equipamento está sob a responsabilidade da Secretaria da Segurança Pública e do Ministério Público.

Portanto, de forma rápida e objetiva, respondo à grave denúncia aqui formulada por V.Ex^a, apresentando para todos que nos ouvem justificativas perfeitamente plausíveis, porque o equipamento foi adquirido para uma força-tarefa composta por instituições de diferentes Poderes para o combate à corrupção e à sonegação fiscal. (Palmas)

Nessa mesma linha, na esteira dos princípios republicanos que orientam o nosso governo, dentre eles o da transparência, gostaria de solicitar a atenção dos nobres colegas para algumas considerações que farei sobre o projeto que, logo mais, estaremos discutindo e debatendo e que trata da instalação no Estado da Bahia da Controladoria Geral do Estado.

O nosso governo, além de se preocupar e estabelecer como prioridade a reversão do quadro preocupante que assolou e se abateu sobre o nosso Estado sob o ponto de vista social, já que o Estado da Bahia, apesar de ter economia pujante e ser a sexta economia do País, de ser o primeiro Estado produtor do Nordeste, ainda hoje convive com os piores indicadores sociais do Brasil, o nosso governo, além de adotar diversos programas para reverter os péssimos indicadores na educação e na saúde, para melhorar os péssimos indicadores da assistência social, para recuperar as nossas estradas e permitir o desenvolvimento econômico de nosso Estado de forma desconcentrada através da descentralização econômica e administrativa, o governo Jaques Wagner está apostando firmemente no que o governador chama de valores imateriais.

O nosso governo, senhores fazendários, está apostando firmemente numa nova forma de fazer política na Bahia. Nós já firmamos e vamos mais uma vez destacar nesta tribuna que, quando a política é exercida, praticada sem transparência, sem democracia e sem participação, sem compromisso social, é a atividade humana mais perversa e mais nociva a qualquer sociedade. Mas, ao contrário, quando a política é exercida com transparência, compromisso social, democracia e participação, é considerada a atividade humana mais nobre, mais decente, mais indispensável a qualquer sociedade.

E é para isso que o governo Jaques Wagner está se esforçando, se empenhando para implementar em nosso Estado uma nova forma de fazer política, ou seja, uma nova forma de fazer política que seja pautada nos princípios republicanos da democracia, da participação popular, da transparência administrativa. E é por isso que o governo Jaques Wagner apresentou a esta Casa Legislativa projeto de lei para instalação, constituição da Controladoria Geral do Estado, porque ao nosso governo não basta apenas o discurso; ao nosso governo, não basta apenas a vontade e a intenção. O nosso governo quer transformar em lei aquilo que considera ser

indispensável e imprescindível enquanto política de Estado e não apenas deste governo, para que o controle social e o controle externo das ações de governo, dos recursos aplicados pelo governo sejam acompanhados, fiscalizados e controlados internamente e pela sociedade.

Portanto, a iniciativa do governo Jaques Wagner, Srs. Deputados e Sr^{as} Deputadas, Srs. Fazendários aqui presentes, de apresentar a esta Casa Legislativa esse projeto de lei não teve uma intenção maior e não poderia ser maior nem mais importante do que dotar o nosso Estado de leis, regulamentos, normas que possam permitir o mais amplo e eficaz controle das contas públicas, que possam permitir ao governo do Estado acompanhar o gasto de cada centavo de recursos que são destinados aos municípios através de convênios e repasses do nosso governo para os 417 municípios do Estado da Bahia.

Muitos parlamentares da Oposição e alguns inclusive da Situação, inicialmente, se mostraram temerosos quanto à possibilidade de que esta instituição, CGE, pudesse se imiscuir, interferir no acompanhamento das contas municipais, mas quero assegurar aqui, em alto e bom som, não só porque o projeto já não trazia essa intenção, como porque acolhemos emendas inclusive da Oposição para permitir a mais ampla clareza da intenção do governo de que só acompanhará, só fiscalizará, só controlará recursos oriundos do governo do Estado repassados para os municípios.

A Controladoria Geral do Estado não estará fiscalizando, nem controlando, nem acompanhando, por exemplo, transferências constitucionais, porque não cabe à Controladoria. Cabe, sim, ao Tribunal de Contas dos Municípios esse acompanhamento.

Portanto, os recursos do Fundo de Participação dos Municípios, os recursos do ICMS são recursos próprios dos municípios, aliás, são recursos de transferências constitucionais. Além disso, não cabe à Controladoria Geral do Estado controlar, fiscalizar recursos próprios dos municípios oriundos do IPTU, do ISS e de outros tributos que são próprios de cada município.

Portanto, para destacar essa questão que nos parece a preocupação principal, foi incluído no projeto de lei um parágrafo único no artigo 9º, que eu pediria a atenção dos nobres colegas para o devido acompanhamento, diz o artigo 9º do projeto de lei: “ *A Coordenadoria de Auditoria Pública e de Fiscalização de Programas Governamentais tem por finalidade executar as atividades de auditoria sobre a gestão dos recursos públicos de responsabilidade do Estado nos órgãos e entidades públicas e privadas, bem como fiscalizar e avaliar a execução dos programas de governo, cumprimento de acordos, convênios e contratos firmados pelo Estado quanto à execução das metas, dos objetivos estabelecidos e da sua correta execução orçamentária.*”

Parágrafo único, deputado Reinaldo Braga, que me ouve com atenção, “*Ficam ressalvadas da atuação da Coordenadoria da Auditoria Pública e de Fiscalização*”, eu disse ficam ressalvadas, portanto, não caberá à fiscalização as contas e contabilidade das receitas próprias e as transferências constitucionais dos municípios contidas no artigo 158 da Constituição Federal e 153 da Constituição Estadual.

Portanto, dentre outras diversas emendas que foram acolhidas, cabe a mim, na condição de Líder do Governo, apresentar com a mais ampla clareza, com a mais ampla transparência esse esclarecimento, essa informação, para não deixar dúvidas, deputado Gildásio Penedo, que há pouco tratou desse assunto também desta tribuna. Não caberá à Controladoria Feral do Estado, a CGE, fiscalizar, controlar, acompanhar contas de transferências constitucionais, FPM, ICMS; não caberá à CGE acompanhar, controlar, fiscalizar contas e receitas próprias dos municípios.

À CGE caberá acompanhar, fiscalizar e controlar os recursos oriundos do governo do Estado que serão repassados para os municípios ou pra outras entidades, associações ou mesmo para a iniciativa privada, através de convênios e contratos. Ora, e não poderia ser diferente, um governo que prima pelo republicanismo, um governo que prima pela transparência administrativa, um governo que defende, de forma plena, exaustiva e contundente a transparência, a honestidade, a correção do exercício da administração pública não poderia, naturalmente, tratar de forma diferente essa questão. Tem sim, um governo republicano, democrático, transparente, que acompanhar centavo por centavo, real por real dos recursos destinados a quem quer que seja oriundos do Tesouro do Estado da Bahia.

Portanto, quero tranquilizar os nobres deputados quanto a essa questão principal, dizer que várias emendas foram acolhidas, já convidei o deputado Heraldo Rocha, estou aguardando a presença do deputado Elmar Nascimento e do deputado Pedro Alcântara, que já chegou ao Plenário, para que possamos fazer uma reunião preliminar de esclarecimentos e de informações a respeito desse assunto. A nossa expectativa, sinceramente, é que possamos votar, no dia de hoje, esse projeto com votação unânime, se assim for possível, tendo em vista a procedência do projeto que o Poder Executivo apresenta a esta Casa Legislativa.

Quero conceder um aparte ao meu nobre colega deputado Gilberto Brito.

O Sr. Gilberto Brito:- Deputado Waldenor, agradeço o aparte a V.Ex^a e ele se prende ao início da sua fala.

Após as colocações do deputado João Carlos Bacelar quanto à aquisição de um equipamento para escutas relativas às operações comerciais do Estado, eu tive o cuidado de ligar para a Secretaria da Fazenda, assim como, pelo que ouvi V.Ex^a afirmar, também o fez. E lá fui certificado de que tudo feito, aliás não poderia ser de forma diferente, da maneira mais atenciosa, em cumprimento aos ditames legais. Esse trabalho é feito com a finalidade, realmente, de combater a sonegação fiscal, de comum acordo com o Ministério Público, com a Polícia Civil e somente, exclusivamente, com a autorização judicial, o que vem dar, sem dúvida alguma, uma cobertura legítima, responsável, ética e determinada. Essa ação feita, de forma legítima e legal, vem possibilitar que o Estado arrecade os impostos de alguns que em determinados momentos sonegam, e que esses recursos sejam destinados ao bem da sociedade.

Então, gostaria apenas de fazer essa colocação para acrescentar à fala de V.Ex^a esse adendo. Se a escuta porventura vir a ser feita, será mediante autorização judicial.

Muito obrigado. (Palmas)

O Sr. WALDENOR PEREIRA:- Obrigado, deputado Gilberto Brito, o aparte de V.Ex^a em muito nos ajuda esclarecer, elucidar a grave denúncia, até porque não poderia ser diferente.

Apesar de adquirido pela Secretaria da Fazenda, naturalmente a utilização de equipamento dessa natureza, como muito bem afirmou V.Ex^a, que é advogado, jurista e conhecedor das leis, só poderá ser acionado mediante autorização prévia do Tribunal de Justiça, até porque o Tribunal de Justiça é parte componente da força-tarefa estabelecida pelo governo da Bahia para combater a corrupção e a sonegação fiscal.

Quero conceder um aparte ao deputado Reinaldo Braga e em seguida ao deputado Carlos Gaban.

O Sr. Reinaldo Braga:- Nobre deputado Waldenor Pereira, V.Ex^a fez bem em vir à tribuna, mais uma vez, para tecer comentários a respeito desse projeto do governo que iremos votar hoje, a constituição da CGE.

V.Ex^a foi feliz ao explicar o objetivo do projeto, e quem o lê não entende diferentemente. Mas V.Ex^a fez questão de frisar que o Estado não vai fiscalizar, controlar nada que não seja dos recursos de repasse do Erário estadual para os municípios e para outras entidades. Todos aqueles recursos, os quais V.Ex^a fez questão de salientar bem, oriundos de arrecadação própria dos municípios, oriundos de repasses constitucionais, como o FPM, que é federal, e ICMS, que é estadual, nenhum desses ainda está afeto ao projeto, o projeto não trata disso e nem poderia tratar.

Então, acredito que aquelas dúvidas de que poderia haver perseguição, de que poderia haver retaliação com esse ou aquele prefeito, com esse ou aquele município, tudo isso cai por água abaixo quando V.Ex^a mostra, de maneira cristalina, que o projeto é justamente para o governo ter mais controle sobre o repasse dos recursos estaduais para entidades e municípios. Parabéns!

O Sr. WALDENOR PEREIRA:- Obrigado, deputado Reinaldo Braga. Incorporo o aparte de V.Ex^a, que também nos ajuda a esclarecer e elucidar, mais uma vez, a intenção desse projeto da Controladoria Geral do Estado. Na verdade, é uma proposta que amplia a atuação do Estado na perspectiva de utilização dos princípios republicanos que devem nortear um governo democrático, como é o de Jaques Wagner.

Aliás, quando foi encaminhado para cá, esse projeto de lei recebeu, e tem recebido, elogios de instituições que defendem a transparência como princípio fundamental da administração pública, como a Transparência Brasil e outras organizações nacionais e internacionais. E destaquemos que estados da Federação já solicitaram do nosso governo informações a respeito dessa matéria.

Portanto, queremos assegurar que no texto desse projeto de lei, que apresentaremos logo mais aos Srs. Deputados – ainda de forma preliminar, antes da votação –, está assegurado, com clareza absoluta, que o governo da Bahia, através da CGE, controlará apenas recursos oriundos do Estado ou então aqueles provenientes da União, como é o caso do Fundeb, que tenham participação estadual.

Afora isso, não serão fiscalizados nem controlados, repito mais uma vez, transferências constitucionais nem recursos próprios, porque não compete ao Estado essa ação. Já existe o Tribunal de Contas dos Municípios com a competência própria para fiscalizações dessa natureza.

O Sr. Gaban:- V.Ex^a me permite um aparte?

O Sr. WALDENOR PEREIRA:- Concedo um aparte ao deputado Carlos Gaban.

O Sr. Gaban:- Deputado Waldenor, agradeço pelo aparte que V.Ex^a me concede. Infelizmente, tive outro compromisso e não ouvi todo o seu pronunciamento.

Mas quero dizer, deputado Reinaldo Braga – sei que V.Ex^a se preocupa muito com a imagem desta Casa –, que o texto original desse o projeto enviado a esta Casa é totalmente diferente do que foi dito pelo senhor.

Esse texto permite que o Estado, através da CGE, interfira nas prefeituras municipais no que quiser. É um abuso! Seria como acabarmos com os Tribunais de Contas do Estado e dos Municípios.

Fiz a ressalva, deputado Waldenor, de que não peguei a totalidade do pronunciamento de V.Ex^a, porque se as emendas forem acatadas – eu mesmo tenho algumas emendas restritivas à atuação dessa CGE – e o texto for mudado, aí, sim, poderemos discutir e aprovar essa proposta. Somos favoráveis a tudo que não extrapola competências e fortalece a fiscalização.

Mas não apoiamos o que permite que se persiga. Principalmente num momento – falarei sobre esse assunto em outra oportunidade, para não me prolongar agora – em que querem derrubar o Regimento Interno da Casa aprovando, deputado Reinaldo Braga, o aumento do número de membros das comissões. E isso depois de já estarem instaladas.

Ficamos preocupados quando ouvimos o presidente da Comissão de Constituição e Justiça, deputado Zé Neto, dizer que a tramitação do projeto da Fazenda só iria começar no âmbito da comissão a partir da primeira reunião. Não houve nenhuma, por isso não conseguiram tramitar! Também ficamos preocupados quando sabemos que foi instalado um serviço de inteligência na Secretaria da Fazenda. Tudo isso preocupa, deputado!

Em relação à CGE, espero, efetivamente, que venha um texto totalmente modificado e assim possamos apreciá-lo.

O Sr. WALDENOR PEREIRA:- Peço desculpas a V.Ex^a, mas o aparte foi sobre a matéria da CGE, por isso a minha interrupção.

Quero dizer que talvez seja uma questão de interpretação. Mesmo assim, lerei no tempo em que me resta o parágrafo único que foi acrescido. Farei isso para a devida elucidação e para que V.Ex^a verifique que há um texto garantidor de quais recursos serão devidamente fiscalizados e controlados.

Diz esse parágrafo único do art. 9º: “Ficam ressalvadas da atuação da Coordenadoria de Auditoria Pública e Fiscalização de Programas Governamentais...” – que é a coordenadoria que compõe a CGE – “(...) as contas e contabilidades das receitas próprias e as transferências constitucionais dos municípios, contidas nos arts.

158, da Constituição Federal, e 153, da Constituição estadual”.

Então, o texto é bastante claro quando diz que transferências constitucionais e receitas próprias não serão alvo de fiscalização, controle ou acompanhamento por parte da CGE. A CGE só acompanhará, e o texto é muito claro nisso, os recursos oriundos do Tesouro do Estado da Bahia repassados aos municípios, às entidades privadas ou associações de classe através de convênios ou contratos, ou repassados até a própria iniciativa privada através de contratos. Aí, sim, a CGE acompanhará, ou então recursos que, embora provenientes da União, contém também com contrapartida do Governo do Estado da Bahia. É o caso, por exemplo, do Fundeb. V.Ex^a conhece. Há recurso federal repassado, mas há uma parcela significativa de aporte de recursos da qual o Estado também participa e que, portanto, também será alvo de apreciação, de avaliação da CGE.

Vou fazer uma reunião preliminar para apresentar esse texto final com a intenção de esclarecimento, de elucidação para facilitar o processo de apreciação do projeto e quem sabe até poder contar com o apoio, com a participação e aprovação também dos membros da Oposição nesta Casa Legislativa.

O Sr. Zé Neto:- Pela ordem, Sr. Presidente.

O Sr. WALDENOR PEREIRA:- Agradeço ao deputado Rogério Andrade... Encerro as minhas palavras no tempo estabelecido. Muito obrigado.

(Não foi revisto pelo orador nem pelos apartes.)

O Sr. PRESIDENTE (Rogério Andrade):- Horário das Representações Partidárias. Concedo a palavra ao Líder do Governo e da Maioria, ou representante do PC do B, para falar ou indicar orador pelo tempo de até 10 minutos.

O Sr. Álvaro Gomes:- Sr. Presidente, falará pelo tempo de 5 minutos o deputado Edson Pimenta. Falarei pelo tempo de 5 minutos.

O Sr. Gaban:- Pela ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Rogério Andrade):- Questão de ordem do nobre deputado Gaban.

O Sr. Zé Neto:- Pela ordem! Pela ordem!

O Sr. PRESIDENTE (Rogério Andrade):- Deputado Gaban, o deputado Zé Neto havia pedido uma questão de ordem antes.

O Sr. Zé Neto:- Deputado Rogério, primeiro louvar a iniciativa do deputado Paulo Câmara de buscar junto às partes envolvidas no projeto do Fisco uma sentada para se tentar arrefecer os ânimos, encontrar pelo menos uma conversa. Nada que pudéssemos delinear horizontes, revolucionar ou transformar de forma muito contundente esse projeto. O deputado Paulo Câmara fez esse esforço, conseguiu chamar o IAF, o Sindsefaz...

O Sr. PRESIDENTE (Rogério Andrade):- Deputado Zé Neto, V.Ex^a pediu o tempo para formular a questão de ordem.

O Sr. Zé Neto:- Foi para formular a questão de ordem em cima do que o deputado Gaban colocou. Vou chegar lá. Sou presidente da Comissão, ele colocou que eu tinha...

O Sr. PRESIDENTE (Rogério Andrade):- V.Ex^a não pode usar o tempo para discutir o projeto.

O Sr. Zé Neto:- Não estou discutindo o projeto. Houve um esforço para se fazer essa sentada. Como presidente da Comissão de Constituição e Justiça, tenho também aqui de dizer claramente que sentei muito mais num esforço de ajudar na interlocução do que propriamente na posição de presidente da Comissão.

Na semana passada sentamos porque acho que, independente do resultado que se tiver, a Fazenda, posteriormente a esse resultado, tem de reencontrar o caminho do bom convívio entre as partes. Conheço, sei que há amigos ali que estão disputando uma idéia que deve ficar no campo da idéia. Se cada um pensar diferente, se houve uma vitória ou uma derrota, que seja irrelevante para o quadro da Fazenda. Acho que foi esse o espírito que tivemos e que norteou esse processo de sentada.

O Sr. PRESIDENTE (Rogério Andrade):- Deputado Zé Neto, por gentileza, antes de V.Ex^a ...

O Sr. Zé Neto:- Vou completar. Tenho 5 minutos, já estou encerrando. Estou apenas respondendo ao deputado Gaban, vou chegar à minha questão de ordem.

O Sr. PRESIDENTE (Rogério Andrade):- Vou conceder a questão de ordem à Oposição para que possa discutir o projeto também.

O Sr. Zé Neto:- São 5 minutos. Tenho ainda 3 minutos. V.Ex^a já me interrompeu duas vezes. Estou tentando fundamentar a minha questão de ordem. Peço que desconte o tempo das duas vezes que V.Ex^a me interrompeu. V.Ex^a sabe que não sou de pedir questão de ordem à toa.

Então, foi esse o espírito. Não posso e nem devo dar garantia ao que o Regimento prevê, deputado Gaban. O Regimento tem suas previsões e aqui também há os componentes políticos. Digo isto a V.Ex^a para não parecer que houve da nossa parte alguma mudança de comportamento que não fosse possivelmente vista dentro do contexto, entendeu, deputado Rogério?

Segundo o Regimento, vencido o prazo da Comissão, você pode continuar a encaminhar para a Comissão ou trazer para o Plenário. O que tem criado conflito e eu quero colocar isso tranquilamente, o deputado Gaban sabe que muitas vezes nós temos discutido pontos antagônicos e, muitas vezes, discutido pontos convergentes. Tenho por V.Ex^a respeito, V.Ex^a sabe, e aprendemos, um com o outro, a conduzir aqui nossas convicções, ora antagônicas, ora convergentes, com tranquilidade. Entretanto, o clima que está alimentando, de 3 a 4 dias para cá, realmente, quero dizer a V.Ex^a que, inclusive conversei com o deputado Paulo Câmara, vamos tentar no final da tarde ver o que fazemos naquela composição. Porque, segundo informações, eu não quero antecipar nenhum juízo, que ouviram um discurso de V.Ex^a aqui, que havia uma declaração de V.Ex^a no seu *site*. Então acho que isso, talvez, tenha criado alguma animosidade.

Quero dizer que continuo com meu comportamento tranquilo com relação à temática, apostando, seja qual for o resultado, que tenhamos a tranquilidade de poder mostrar à sociedade a composição desta Casa e que o debate ocorreu a contento e que o resultado que saiu daqui, no seu mérito, configurou o que era mais necessário para

o Estado avançar.

Que seja isso e que tenhamos, daqui até amanhã, com essa votação ocorrendo, a tranquilidade de aqui exercer o nosso ofício com todo o equilíbrio. (Palmas)

O Sr. Presidente (Rogério Andrade):- Antes de passar a palavra para o deputado Gaban, quero, mais uma vez, dizer ao deputado Zé Neto que ele lamentavelmente, não usou o tempo da questão de ordem para tirar dúvidas com relação a nenhuma questão do Regimento. Reza o artigo 225 do Regimento Interno que: “Considera-se questão de ordem toda dúvida levantada quanto ao Regimento Interno”. Não foi levantada nenhuma dúvida quanto ao Regimento. V.Ex^a usou o tempo da questão de ordem para discutir o projeto.

Peço que V.Ex^a respeite...

O Sr. Zé Neto:- (Fora do microfone) Eu respondi acerca da Comissão de Constituição e Justiça que ele disse que eu tinha dado garantia. O senhor não prestou atenção ao que eu falei.

O Sr. Presidente (Rogério Andrade):- Com a palavra o deputado Gaban.

O Sr. Gaban:- Sr. Presidente, a minha questão de ordem seria, inicialmente, sobre o andamento dos trabalho. Parece-me que foi anunciado, hoje, pelo presidente da Casa deputado Marcelo Nilo, eu não estava presente, cheguei agora, de que o projeto da Secretaria da Fazenda seria votado amanhã. O deputado Zé Neto de qualquer maneira colabora com esse raciocínio quando diz que o prazo de tramitação nesta Casa já expirou.

Então gostaria de saber o posicionamento do presidente desta Casa sobre a tramitação desse projeto, se, efetivamente, não tem necessidade de passar pela Comissão de Constituição e Justiça da Casa.

Pediria a tolerância de V.Ex^a porque agora algumas... Gostaria que V.Ex^a chamasse o Sr. Carlos para ele dar o assessoramento necessário.

Gostaria de aproveitar e pedir a tolerância de V.Ex^a, Sr. Presidente, porque vou fugir da questão de ordem que é a respeito do andamento da Casa hoje e amanhã para rebater algumas colocações que foram feitas pelo deputado Zé Neto.

Primeiro, deputado Zé Neto, discordo de V.Ex^a, até posso entender, porque nessa comissão que foi instalada e da qual também faço parte, para discutir com o Sindsefaz e com o IAF para acharmos uma solução alternativa, não houve nenhuma discussão. A primeira reunião que realizada foi única e exclusivamente para definir o dia que seria a primeira reunião, que teria sido ontem. Por conta da presença do presidente da República aqui, V.Ex^as mudaram a reunião que seria hoje às 18 horas. Hoje, anuncia-se a votação para amanhã sem nenhum processo de discussão. Segundo, deputado Zé Neto, preste atenção, V.Ex^a, aí, sim, como presidente da Comissão de Constituição e Justiça, por precaução, não seria necessário, porque eu conheço o passado e o presente de V.Ex^a, apenas por precaução... Estou com uma cópia da fita da instalação da Comissão de Constituição e Justiça nesta Casa.

Eu solicitei a V.Ex^a que me informasse e, óbvio, a todos os presentes membros da comissão qual seria a tramitação desse projeto. Tenho gravado e V.Ex^a disse: daremos apenas... No dia da primeira reunião da Comissão de Constituição e Justiça,

não tenho nem conhecimento das emendas que foram apresentadas cujo prazo expira-se dia 5. Com o conhecimento das emendas apresentadas, e, na primeira reunião, vamos definir qual a tramitação que esse projeto vai ter. E a reunião na Comissão de Constituição e Justiça não ocorreu até hoje. O governo não fez funcionar a comissão mais importante da Casa mesmo já tendo sido instalada. Esse projeto não foi discutido, aí é a palavra do presidente da Comissão de Constituição e Justiça.

Deputado Zé Neto, com toda a consideração e respeito que tenho por V.Ex^a, se o governo também passou o trator em cima da palavra de V.Ex^a, queira me perdoar, não tem nenhuma outra alternativa para V.Ex^a a não ser pedir renúncia - se esse projeto for votado amanhã. Ninguém pode lhe tirar da Comissão de Constituição e Justiça, mas não tem mais credibilidade porque a palavra de V.Ex^a estaria sendo totalmente desrespeitada. E nesta Casa, neste Parlamento, o que se fala tem que se respeitar, o que se acorda tem que cumprir, e nada melhor do que estar gravado, Sr. Presidente.

Então, voltando agora a minha questão de ordem inicial, gostaria de que V.Ex^a pegasse o parecer...

(O Sr. Deputado Zé Neto tenta um aparte fora do microfone.)

Deputado Zé Neto, deixe eu falar, senão o presidente não vai poder me responder. Gostaria, Sr. Presidente, de que V.Ex^a, pegando parte do aparte do deputado Zé Neto, definisse aí se esse projeto tão importante para a Bahia está conseguindo isso porque nunca nenhum governo na história conseguiu dividir a Secretaria da Fazenda, se esse projeto será votado sem discussão nas comissões pertinentes desta Casa, já que o deputado Zé Neto alega que os prazos já expiraram.

Gostaria de ouvir um pronunciamento oficial da Presidência desta Casa sobre projeto dessa natureza, tão importante, Sr. Presidente. Essa é minha questão de ordem.

O Sr. PRESIDENTE (Rogério Andrade):- Nobre deputado Gaban...

O Sr. Zé Neto:- Sr. Presidente, uma questão de ordem. O deputado Gaban me citou três vezes.

O Sr. PRESIDENTE (Rogério Andrade):- Deputado Zé Neto, não concederei a questão de ordem a V.Ex^a. Nobre deputado Gaban, peço a V.Ex^a 10 minutos para responder o seu questionamento, daqui a pouco V.Ex^a terá resposta.

O Sr. PRESIDENTE (Rogério Andrade):- Com a palavra o nobre deputado Edson Pimenta, pelo tempo de 5 minutos.

O Sr. EDSON PIMENTA:- Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Deputados, eu gostaria...

(O Sr. Zé Neto continua a se manifestar fora do microfone. Inaudível.)

(Pausa)

O Sr. EDSON PIMENTA:- Sr^{as} e Srs. Deputados, Sr^{as} e Srs. Funcionários desta Casa, Srs. Serventuários presentes...

(O Sr. Zé Neto continua a se manifestar fora do microfone. Inaudível.)

O Sr. PRESIDENTE (Rogério Andrade):- Não darei questão de ordem a V.Ex^a para tratar deste assunto, deputado Zé Neto. Não darei. V.Ex^a tem tempo para discutir com o deputado Gaban.

Mas agora é o tempo destinado aos partidos no Horário das Representações Partidárias.

O Sr. PRESIDENTE (Rogério Andrade):- Com a palavra o nobre deputado Edson Pimenta.

O Sr. EDSON PIMENTA:- Eu inclusive gostaria de contribuir com a condução dos trabalhos por V.Ex^a que todos nós deputados sabemos que quando um projeto tramita nesta Casa que passa desde a entrada na Mesa à Comissão de Constituição e Justiça e quando expira o prazo, as Lideranças da Minoria e da Maioria podem requerer que este projeto venha a plenário para ser apreciado.

Está de parabéns a Liderança do Governo por ter requerido de que este importante projeto (palmas) seja apreciado até porque, Sr. Presidente, nós estamos vivenciando uma crise tremenda internacional. Esta crise atinge os estados, atinge os municípios. E o nosso Estado precisa aperfeiçoar os seus mecanismos de arrecadação para recuperar o que perdeu com a crise econômica mundial.

É inconcebível que a Bahia tenha de contingenciar de seu orçamento a quantia de 600 milhões que deveria abrir poços artesianos, levar água para a nossa população. Este direito está sendo privado de investimento no desenvolvimento de nosso Estado devido a crise econômica. E todo estado ou município que se preza hoje tenta investir em arrecadação. Os tributos precisam ser aperfeiçoados.

É inconcebível que, na Bahia, apenas os auditores fiscais possam continuar tendo a atribuição de ajudar o Estado a aperfeiçoar os seus mecanismos de contribuição. (Palmas) Os agentes de tributos, ao longo do tempo, têm dedicado à sua profissão para ajudar os auditores na arrecadação do Estado. Esses agentes já estão mais do que preparados para poder ir a campo e fiscalizar a sonegação gritante que existe hoje em nosso Estado onde pequenas, médias e grandes empresas sonegam os recursos necessários para o desenvolvimento sócio-econômico.

Por isso, eu queria dizer a V.Ex^a que este projeto já está mais do que maduro. E todos nós sabemos o que queremos com ele. Sabemos que queremos aperfeiçoar o mecanismo de arrecadação de tributos em nosso Estado. Por isso, iremos votar, aqui, amanhã, sim, este projeto para que esta discussão seja encerrada e nós possamos dar tranquilidade a esses servidores de voltarem aos seus setores para ajudar o Estado a arrecadar e a aperfeiçoar mais ainda as políticas públicas conseguidas com recursos próprios, porque nós não podemos ficar dependendo exclusivamente dos recursos que vêm da União. O Estado tem de melhorar a sua arrecadação. Para isso, os agentes de tributos são peças fundamentais para o desenvolvimento das receitas de nosso Estado.

Então, eu queria esclarecer a V.Ex^a e dizer que esta Casa precisa voltar à sua normalidade ao tramitar tantos outros projetos importantes. Nós não podemos ficar exclusivamente com um projeto obstruindo a nossa pauta. Temos de liberar a pauta para que outros importantes projetos possam aqui ser apreciados e também votados por esta Casa que é, também, o anseio de toda a sociedade baiana.

Mas, para encerrar, Sr. Presidente, eu queria elogiar e justificar. Vejam, alguns membros da Oposição disseram ontem que a Bahia perdeu o lugar de destaque para Pernambuco. Eu queria dizer a esses membros da Oposição que nunca um presidente

da República, oriundo de um estado, deixou de investir no desenvolvimento deste estado. E o que a gente vê em Pernambuco é isso, ou seja, porque o fato de nosso presidente Lula ser pernambucano, todas as ações que ele tem feito naquele Estado para corrigir as injustiças sociais, melhor dizendo, daquele Estado e de todo o Nordeste. Isso faz, naturalmente, com que Pernambuco tenha um desempenho melhor.

Mas a Bahia comemora muito com o nosso governo, porque, mesmo com a crise, mesmo com o desemprego que assola o nosso País, a Bahia foi um dos poucos Estados que equiparou. Os funcionários, demitidos no mês de fevereiro, foram recontratados com novos empregos. E o nosso Estado mantém o posto de aumentar o emprego apesar da crise. Vejam, 420 novos empregos foram criados no mês de janeiro superando todas as demissões feitas em todos os setores de nossa economia.

Portanto, o nosso Estado está colhendo o momento propício. E a gente vê isso com todas as ações. A nossa EBDA que, no governo passado, foi sucateada; ontem, ela recebeu 195 novos veículos para equipar os escritórios regionais para melhor prestar assistência técnica aos agricultores em todo o Estado.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Para concluir, deputado.

O Sr. EDSON PIMENTA:- Para concluir, Sr. Presidente, a Secretaria da Saúde, nesta luta contínua contra a dengue, também recebeu ontem mais de 150 novos veículos que foram distribuídos para as Dires regionais a fim de ajudar no combate à dengue. O nosso governo tem investido para enfrentar os graves problemas que atingem o nosso Estado. Com certeza, nesta parceria com o governo federal e com o governo do presidente Lula, nós traremos muito mais.

A prova disso foi o anúncio ontem do presidente no lançamento do Programa Território da Cidadania. Hoje, na Oficina de Desenvolvimento Regional no Centro de Convenções, onde o nosso presidente demonstra o seu carinho e a sua responsabilidade para com o Nordeste, mais em especial para com a Bahia em parceria com o governo Wagner, fará obras tão necessárias para que o nosso Estado recupere não só a liderança nordestina, mas também se ponha na linha de frente de um projeto de desenvolvimento sustentável para o nosso País.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Com a palavra o deputado Álvaro Gomes pelo tempo de até 5 minutos.

O Sr. Álvaro Gomes:- Sr. Presidente, vou ceder o meu tempo ao nobre deputado Zé Neto.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Com a palavra o deputado Zé Neto pelo tempo de 5 minutos.

O Sr. ZÉ NETO:- Deputado Gaban, primeiro, quero dizer a V.Ex^a que não vou renunciar a nada, V.Ex^a pode ficar tranquilo com o relação ao que estou pensando. Depois, V.Ex^a deve entender que essa atitude que tomou acaba não ajudando, porque V.Ex^a estava nos convocando para uma reunião, topei reunir-me com V.Ex^a para

ajudar.

O deputado Paulo Câmara deu a idéia, que foi boa, sentamos com V.Ex^a, pus-me à disposição, conversei com o pessoal do Sindsefaz e do IAF, tentamos uma composição, deputado Gaban, e todo o processo foi bem conduzido pelo deputado Paulo Câmara.

Quero dizer a V.Ex^a que, de repente, V.Ex^a tem que entender que seria um golpista, se estivesse lá prevendo o que vai acontecer na frente. Na semana passada, não houve quórum na Comissão de Constituição Justiça. V.Ex^a lembra que eu estava lá, também com V.Ex^a, assinei, deputado de Oposição também assinou! Então V.Ex^a lembra que não fomos nós que criamos nenhuma dificuldade para que a Comissão de Constituição e Justiça funcionasse.

Quero ser muito claro: se há um entendimento, V.Ex^a tem toda razão; se há um entendimento contrário, esta Casa é a Casa do convencimento, e aí V.Ex^a vá ao convencimento!

Agora diante do Regimento e da interpretação dele, vencido o prazo no dia 5 – V.Ex^a está lembrado? –, evidentemente não preciso dizer a V.Ex^a o que vai se fazer com relação ao projeto, porque ele pode seguir na Comissão de Constituição e Justiça ou vir a Plenário. Isso aí V.Ex^a conhece, foi presidente desta Casa, sabe exatamente o conteúdo do Regimento.

Infelizmente, o que posso dizer a V.Ex^a é que não sou o dono da cocada preta, que estou longe disso e que, com tranquilidade, como presidente da Comissão de Constituição e Justiça, fui imparcial. E V.Ex^a sabe que tenho posição, mas fui imparcial, tratando com respeito tanto V.Ex^a como todos que estavam lá fazendo o debate.

Nesta Casa, temos praticamente quase quatro anos de debate com relação a esse tema, três anos, melhor dizendo, participei de todos eles e ajudei a construí-los. Das audiências públicas, uma foi convocada por mim – a da Audiência da Sessão Especial – outra foi V.Ex^a que convocou, esgotamos, acho, em termos de conteúdo a temática, esgotamos entre aspas, porque acho que nunca se esgota, pois sempre tem uma coisa ou outra, mas foi um debate profícuo, abundante, e o deputado Marcelo Nilo está de parabéns pela condução, com tranquilidade, de uma situação que parecia conflituosa todo o tempo. Hoje, até sinto que a coisa está mais no campo das idéias e deve ser assim!

Quero dizer ao deputado Gaban que vou torcer, trabalhar, apostar, não vou medir esforços para, seja qual for o resultado desta Casa – e não podemos antecipar resultado –, para que a nossa Secretaria da Fazenda trabalhe em harmonia, porque ela não é uma secretaria do governo, mas uma secretaria do Estado; ela não é uma Secretaria de interesses, mas deve ser uma Secretaria do interesse público maior, e não pode ser dividida em situações como essa.

Quero, pois, dizer a V.Ex^a da minha tranquilidade, pois tenho a consciência tranquila de que fiz aqui o meu papel. Infelizmente, V.Ex^a, no fim de semana, não sei se foi quinta ou sexta-feira, pôs algumas coisas no seu *site* que criaram um clima de animosidade. Íamos conduzindo até bem a situação, mas V.Ex^a não notou que acabou

atropelando um debate que vinha ocorrendo a contento e poderia até gerar algum fruto. Mas, com as colocações de V.Ex^a, achando que eu manobrei... Quero dizer a V.Ex^a que até me entristece pelo respeito que lhe tenho e pela consideração. Quero dizer que fiz a minha parte. Agora, como deputado, vamos torcer para que as ideias prevaleçam e a vitória de qualquer das partes não crie problemas maiores para a Fazenda, que não é de governo. A Fazenda é do Estado e do povo da Bahia. (Palmas!)

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. Gaban:- Questão de ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Questão de ordem, deputado Gaban.

O Sr. Gaban:- Sr. Presidente, eu gostaria de solicitar a V.Ex^a que convocasse os Líderes desta Casa para uma reunião. No início dos trabalhos legislativos deste ano, foi feita uma reunião com todos os Líderes da Casa. E para que não fossem prejudicados funcionários públicos do Estado, já que o salário mínimo havia sido anunciado pelo governo federal para vigorar a partir de 1º de fevereiro, acertou-se que faríamos a instalação provisória, com fim específico, de três comissões: Comissão de Constituição e Justiça, Comissão de Finanças e Orçamento e Comissão de Educação e Serviço Público.

Então, o acordo feito foi para uma instalação provisória das três comissões com o fim específico de votar o projeto de aumento salarial linear do governo do Estado. Essas comissões não podem, em nenhuma hipótese, ser consideradas como tendo sido instaladas naquela época para a contagem do tempo de tramitação desse projeto do Sindsefaz. Não vou nem entrar nem em detalhes, deputado Álvaro Gomes... Por exemplo, o que eu fiz no fim de semana? Aliás, eu fiz na quinta-feira, aqui na Casa, num debate. Relatei, deputado Álvaro Gomes, o que estava acontecendo na reunião que nós fizemos, deputado Zé Neto.

Relatei o que foi acordado na reunião da comissão para que a Casa e a Bahia tomassem conhecimento. Ou seja, primeiro, iríamos a essa reunião, às 18 horas de ontem, tratar dos pontos de convergências entre Sindsefaz e IAF; tratar dos pontos que porventura não estivessem no projeto e que poderiam atender tanto o Sindsefaz como o IAF. E a partir daí iríamos para os pontos polêmicos, já com o avanço de acrescentar alguma coisa que um ou outro segmento da Secretaria da Fazenda, Sr. Presidente, não tivesse incluído no projeto, e assim fizéssemos um projeto que atendesse o IAF e o Sindsefaz.

A ideia era não continuar dividida a Secretaria da Fazenda. Mas não se pode atropelar o prazo regimental e o acordo de Lideranças feito nesta Casa para a instalação provisória de três comissões com fim específico. As comissões definitivas desta Casa foram instaladas apenas, infelizmente, na semana retrasada, e não houve nenhum quórum de votação.

O deputado Zé Neto afirmou, e está gravado, que, como presidente da comissão, daria trâmite a esse projeto a partir da primeira reunião da comissão. Eu estive presente. Zé Neto disse que eles não são culpados. Quem tem maioria é o governo do Estado. Eu sou um, fui lá. O governo tem maioria. Se não funcionou, não

sei.

Agora, a primeira reunião, Sr. Presidente, para discutir, será hoje. Não se discutiu nada. Como votar amanhã? Como é que é acordo? Não estou preocupado com o governo do Estado da Bahia. Os governos são passageiros, são transitórios, mas as estruturas permanecem. A Secretaria da Fazenda não pode continuar dividida, sempre foi um exemplo para o Brasil. Estou preocupado é com isso. O resto é tudo passageiro, mas a instituição fica. Nós temos... Meu querido deputado Waldenor, V.Ex^a, que chegou agora...

Deputado Waldenor, estou lembrando ao Sr. Presidente... Foi bom que V.Ex^a adentrado o Plenário. Naturalmente, o presidente da Casa não participou da reunião, mas foi feito um acordo entre todas as Lideranças da Casa, estando presente V.Ex^a, que é o Líder do maior Bloco do governo, para que fosse instalada três comissões provisórias. Foi feita uma reunião na Casa com todas as lideranças políticas, para que fosse instalada três comissões provisórias, com o fim específico de votar o aumento do funcionalismo público.

Tanto é verdade que votamos, cumprimos com a nossa obrigação, não prejudicamos funcionário do Estado, e todas as comissões foram instaladas definitivamente, já depois da indicação e a publicação no Diário Oficial.

Então, o tempo que se está contando...

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Para concluir, deputado.

O Sr. Gaban:- Eu chequei com o assessor da Mesa Diretora, Dr. Carlos, o tempo que está inicialmente considerando é o prazo das comissões provisórias, e não o das definitivas, que é o que vale.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Deputado Waldenor, vou explicar aqui para que V.Ex^a nos ajude numa decisão. Quando foram instaladas aquelas três comissões, eu lembro que, realmente, procurei o deputado Gildásio Penedo, dizendo que teria que passar o reajuste dos servidores nas comissões.

Na época, eu até pensei em prorrogar as comissões, por um ato da Presidência, mas só poderia fazer por acordo, e o deputado Gildásio Penedo, então líder, sugeriu que o deputado Waldenor instalasse uma daquelas três comissões para votação do reajuste dos servidores. Isto, realmente, é algo verdadeiro.

O deputado Waldenor Pereira, posteriormente, conversou com o líder e fizeram um acordo para que se votasse o reajuste naquelas três comissões. O problema é que nós contamos o prazo, porque formalmente somos obrigados a contar. Legalmente pode votar amanhã. Por acordo de liderança é óbvio que tem de ser cumprido.

Eu passo a palavra ao deputado Waldenor Pereira apenas para ajudar. Se realmente esse acordo foi feito, porque aí é acordo entre líderes, o projeto só poderá ser votado na próxima segunda-feira.

Então, eu passo a palavra a V.Ex^a para que possa nos auxiliar, para que possamos tomar uma decisão.

O Sr. Waldenor Pereira:- Sr. Presidente, eu queria pedir a atenção também do deputado Gaban, deputado Elmar e do deputado Herald. A minha proposta mais recente é de que acordo só dá para fazer por escrito, porque a memória às vezes falha,

principalmente a nossa, pois já estamos na meia idade, não é, Dr. Heraldo? Quando eu apresentei os nomes aqui, a proposição, eu lembro muito bem que Gildásio e o Dr. Heraldo disseram o seguinte: “Não, vocês mudem os componentes porque estão fazendo acordo é com sua bancada. Vocês mudem a sua bancada, a nossa, não.” Lembra-se disso, Dr. Heraldo?

Os membros da comissão... Dr. Heraldo falou: “Não, vocês podem mudar a bancada de vocês, agora, a nossa bancada, não.” Lembra-se, Elmar?

Então, naquela oportunidade ficou claro para a gente que a indicação dos membros da Bancada de Oposição já era definitiva.

Eu avisei lá na comissão de finanças, se não me engano, eu falei: “Olha, o acordo existe na nossa bancada e vamos mudar seus membros.” Mas a minoria naquela oportunidade informou, eu ouvi bem, e por isso eu estou falando, que a questão tem de ser escrita, que vocês estavam considerando a Constituição como definitiva, a indicação, entendeu, deputado Marcelo, como definitiva.

E eu não estou criando nenhuma dificuldade, porque sobre essa questão de voto, de colocar o projeto, eu consultei o presidente, pois nós estamos numa tramitação regular, normal. Tanto é que eu fiz a consulta através de questão de ordem.

Na oportunidade em que apresentei a proposta, deputado Gaban, a minoria não acordou comigo sobre esse aspecto. Falou comigo o seguinte: “Você mude os membros de seu bloco.”

(O deputado Gaban fala fora do microfone.)

O Sr. Waldenor Pereira:- Sim, ainda que seja verdade, a Constituição, a indicação dos membros por parte da minoria foi claramente definido como de forma definitiva, está certo?

Podemos conversar, chegar a um entendimento, não há qualquer problema. Estou apenas lembrando o que foi dito, até porque na questão anterior da comissão fui condescendente, voltei atrás...

O Sr. Gaban:- Tanto é verdade que o deputado Arthur Maia foi substituído.

O Sr. Waldenor Pereira:- Sr. Presidente, para responder à consulta, quero dizer que, na minha base, eu acertei o acordo que mudaria a data, agora, a Minoria disse que era definitivo. Eles disseram que era definitivo da parte deles. Portanto, na minha opinião, a comissão, do ponto de vista da indicação da Minoria, estaria sendo construída desde o primeiro momento. Apenas, respeitosamente, quero colocar e ponderar essa informação.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Srs. Deputados, antes de passar para a próxima questão de ordem, quero esclarecer que cabe à Presidência apenas seguir a decisão do Plenário. A Presidência não tem o poder de contar prazos diferentes. A Presidência contou o prazo formal, conforme publicado no *Diário Oficial*.

No que tange ao aspecto da legalidade, o projeto pode ser votado amanhã. Por acordo de Lideranças, poderá não ser votado amanhã, mas é preciso que os Líderes aceitem, porque eu não posso, eu não tenho o poder, de retirá-lo da Ordem do Dia.

Quero apenas registrar que as 3 comissões, pelo que entendemos, foram instaladas para a votação de um projeto do Executivo, salvo engano, o de reajuste do

servidor público. Inclusive, esse foi um pedido nosso.

Mas eu aguardo a decisão dos Líderes.

Questão de ordem do deputado Pedro Alcântara; depois falarão o deputado Elmar e o deputado Gildásio Penedo.

O Sr. Pedro Alcântara:- Sr. Presidente, Sr. Presidente...

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Só gostaria de que vocês fossem breves, por favor.

O Sr. Pedro Alcântara:- Sr. Presidente, acho que as pessoas envolvidas no processo, deputados Gaban e Waldenor, têm que prestar atenção, até para dar andamento ao diálogo, ao esclarecimento da verdade. Mas ficam conversando paralelamente e não ouvem...

Vamos consultar a nossa memória...

O Sr. Elmar Nascimento:- Até porque a nossa memória falha.

O Sr. Pedro Alcântara:- Exatamente.

O deputado Waldenor tem razão: nós participamos dessa reunião. Quando se cogitou de formar essas comissões provisoriamente, eu até me indiquei para as comissões...

O deputado Gaban quer ser ouvido, mas não quer ouvir ninguém...

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Deputado Gaban, o deputado Pedro Alcântara está com a questão de ordem, por favor.

O Sr. Pedro Alcântara:- Em relação a essa questão, participei do processo de constituição das comissões para a votação do projeto do funcionalismo público. Fomos procurados para a formação das comissões e, até por uma questão de urgência, nos autoindicamos para participar delas, quando tínhamos o compromisso com os deputados Elmar Nascimento e Sandro Régis de fazer as indicações. E eu disse: “É provisória e temporária”. No momento, a Minoria disse que era um problema da Maioria, e nosso também.

Então, vamos ver a questão legal. Prorrogar? Nem ver! Era um ato ilegal e tenho certeza de que V.Ex^a não iria cometê-lo, Sr. Presidente. Isso atenderia a um acordo de cavalheiros, mas o prazo legal é o da primeira formação, quando formamos as 3 comissões.

Revogamos a indicação na Comissão de Finanças e Orçamento para ceder nosso lugar ao deputado Elmar Nascimento, o que era um compromisso, como também fizemos com o deputado Sandro Régis na Comissão de Educação.

Agora, naquele momento em que se discutiu, a Minoria não condicionou, absolutamente, o tempo e o prazo de formação da comissão. Então, para efeito legal e regimental, o prazo é aquele anterior, e não o recente, das outras comissões.

Eu, na condição de Líder do PR, se houver um acordo para votar o projeto na próxima semana, digo que tudo bem. Agora, estamos aqui em condições legais. E de acordo com o que foi feito nesta Casa também, estamos em condições legal e moral de votar o projeto amanhã. (Palmas)

Tem razão o Líder da Maioria: a Minoria disse que era problema nosso e que os nomes deles eram aqueles mesmos. E pergunto, aqui, ao Líder da Minoria, deputado

Heraldo Rocha, se estou faltando com a verdade?

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Antes de passar a questão de ordem para o próximo orador...

O Sr. Pedro Alcântara:- Para concluir, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Desculpe-me, deputado, pensei que V.Ex^a já havia concluído.

O Sr. Pedro Alcântara:- Não usei todo o meu tempo.

Estamos em condições legal e moral de votar o projeto amanhã pelo entendimento que houve, e nós participamos desse entendimento. E acordo é feito para ser cumprido. (Palmas)

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Srs. Deputados, compete à Presidência contar os prazos a partir do dia de formação da comissão, mas, por acordo de Lideranças, podemos adiar a votação do projeto para a próxima terça-feira.

Já relatei o que ocorreu nas reuniões. Agora, como Presidente, não tenho o poder de retirar o projeto da pauta de votação, exceto por acordo das Lideranças.

Questão de ordem do deputado Elmar Nascimento.

O Sr. Elmar Nascimento:- Sr. Presidente, peço a atenção do Líder da Maioria e do deputado Pedro Alcântara, Líder do PR, para dizer o seguinte...

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Vamos ouvir o deputado Elmar, por favor.

O Sr. Elmar Nascimento:- Em primeiro lugar, a dúvida até beneficia a Oposição. E o próprio deputado Waldenor pediu que os próximos acordos fossem por escrito por conta da dúvida. Mas é minha obrigação, porque estava presente e participei do acordo, que aconteceu numa das salas das comissões... Pela Oposição estavam presentes eu, os deputados Heraldo Rocha, Gildásio Penedo e Misael Neto.

E o acordo, o deputado Waldenor até propôs que pudesse ser substituído e aquela instalação só valesse para as comissões. Nós não aceitamos, a Minoria não aceitou. Portanto, o acordo foi apenas para instalar a comissão e votar os 3 projetos, nada se referindo a reabertura de prazo ou possibilidade. Tenho de dizer que o Líder da Maioria tem razão. Peço a ele, contudo, que tenha mais um gesto de grandeza, porque não vai ser uma semana a mais ou a menos que vai alterar...

(As Galerias se manifestam.)

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Faço um apelo às Galerias para que não se manifestem. O deputado está com a palavra, e esta tem de ser assegurada.

O Sr. Elmar Nascimento:- O deputado Gaban não está querendo sob hipótese alguma atrasar mais ainda um projeto que já vem de muito tempo. Não vai ser uma semana a mais ou a menos que vai alterar.

Então, a verdade é que só passou a funcionar porque... O que diz o legislador? Que a partir do funcionamento das comissões fosse dado esse prazo. E realmente elas só vieram de fato a funcionar depois da nova instalação com os novos membros. Aí, peço a compreensão do Líder do meu partido e do Líder do Governo porque é com ela que se poderá dar mais uma semana de prazo. V.Ex^a tem razão quanto a ter de contar do início, até porque faço justiça ao Líder da Maioria: não houve esse acordo.

O deputado Heraldo Rocha, Líder da Oposição, sabe aqui que nós honramos o que acertamos. E não fizemos esse acordo.

O Sr. Gildásio Penedo Filho:- Questão de ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Eu agradeço, deputado Elmar, as palavras, que estão convergindo para o mesmo pensamento.

Vou conceder uma questão de ordem ao deputado Gildásio Penedo para que possamos encerrar este assunto. Se os Líderes chegaram a um acordo, nós adiaremos para a próxima semana. Se não chegarem, o projeto será votado amanhã porque está na Ordem do Dia, e o presidente não pode tirar.

Questão de ordem ao deputado Gildásio Penedo Filho.

O Sr. Gildásio Penedo Filho:- Sr. Presidente, quero dar o meu testemunho também, até porque participei desse processo. São verdadeiras as ponderações tanto do deputado Waldenor como do deputado Elmar Nascimento. Mas também é importante dizer - o Líder do governo vai se lembrar desta situação - que, após a indicação dos membros para a votação daquele projeto do reajuste do servidor público estadual, eu já cobrava da Liderança da Maioria a indicação dos membros das comissões.

O Regimento é muito claro quando diz que, a partir da sessão legislativa, cabe a cada Líder ter o prazo de 3 sessões ordinárias para indicação dos membros de cada comissão. E o deputado Waldenor, inclusive num questionamento que fiz *a posteriori*, colocava que havia uma nova indicação, já que comissão com 3 membros não existe de fato. Comissão só existe na sua totalidade.

Então acho que o bom senso, deputado Waldenor, neste momento requer - evidentemente sem entrar no mérito da votação, até porque a Bancada da Oposição ainda haverá de se posicionar - que se dê esse prazo maior de uma semana, que não vai alterar nada. Acho que o bom senso deve prevalecer agora, já que as indicações dos membros depois, Sr. Presidente, ocorreram com mais de 10 dias, superando o prazo regimental de 3 sessões ordinárias.

Portanto, tinha o entendimento de que haveria uma nova formatação das comissões. Tanto é assim que o governo modificou todas elas. Quem era presidente da Comissão de Finanças ou Justiça acabou sendo mudado. E na própria Minoria o deputado Heraldo Rocha acabou também mudando todos os membros e tendo eleições no momento posterior. Logo, acho que é questão de bom senso e entendimento para que a Casa possa coroar esta luta tanto de auditores como agentes e votar o projeto dentro da sua legalidade.

Era este o questionamento.

O Sr. Waldenor Pereira:- Questão de ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Questão de ordem ao deputado Waldenor Pereira.

O Sr. Waldenor Pereira:- Sr. Presidente, como fui citado por vários colegas, queria só informar que vou convocar uma reunião agora com todos os Líderes dos Blocos e Bancadas da Bancada de Situação para ouvir a opinião de cada Líder. Peço ao deputado Heraldo Rocha que, nesse período, não haja solicitação de verificação de

quórum, apenas para que possamos, ponderadamente, avaliar com os Líderes dos Blocos e Bancadas da Bancada de Situação, tá ok?

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Ok!

O Sr. Gaban:- Sr. Presidente, posso falar?

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Está bem, deputado. Já que eu abri um precedente para o deputado Waldenor, vou abrir para V.Ex^a.

O Sr. Gaban:- Deputado Waldenor, eu gostaria só que V.Ex^a, na hora em que houver a reunião com a Bancada, só lembrasse o seguinte: para todas as comissões instaladas, inclusive para a Comissão de Constituição e Justiça, houve eleição para o deputado Zé Neto para presidente, a partir dessa agora. Se houve eleição, as comissões não estavam funcionando. Não podemos fazer duas eleições, porque um mandato, quando elegemos, é para 2 anos. É para a Mesa Diretora ou para as comissões, mas se nós fizemos nova eleição para presidente da Comissão de Constituição e Justiça é porque ela não tinha validade. Senão, não precisaria ter sido feita outra eleição. É só essa consideração.

Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Pois não.

Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Concedo a palavra ao Líder do governo e da Maioria, ou ao representante do PSB para falar ou indicar orador pelo tempo de 10 minutos.

O Sr. Álvaro Gomes:- Sr. Presidente, falaremos, durante 6 e 4 minutos, respectivamente, o deputado Reinaldo Braga e eu.

Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Com a palavra o nobre deputado Reinaldo Braga, questão de hierarquia, de idade. Com a palavra o decano desta Casa, deputado Reinaldo Braga, pelo tempo de até 6 minutos.

O Sr. REINALDO BRAGA:- Sr. Presidente, Srs. Membros da Mesa, Sr^{as} Deputadas, Srs. Deputados, venho a esta tribuna para dar uma notícia alvissareira para a região de Irecê. Há dias, eu venho conversando com o governo, com o governador Jaques Wagner a respeito da Estrada do Feijão, a BA-052, para que ela seja submetida a uma recuperação, uma reconstrução no trecho de Porto Feliz a Xique-Xique, que é de 246 quilômetros e está em péssimo estado de trafegabilidade, essa é uma das piores estradas, eu diria, do Estado.

E o governador vem manifestando desejo, há muito tempo, de conseguir recursos para encetar essa obra. São recursos do Banco Mundial, mas que a burocracia vinha emperrando que o governo pudesse anunciar o começo dessa obra.

Há 3 ou 4 dias, eu voltei a conversar com o governador Jaques Wagner, que me anunciou que estava vencendo todos os entraves burocráticos no sentido de, logo, logo, anunciar o lançamento do edital de licitação dessa obra. As informações que tenho hoje é de que, até o fim do mês, S. Excelência estará lançando esse edital de licitação para que as empresas compareçam a esse processo licitatório e possam concorrer a essa licitação e inciar a obra.

São 246 quilômetros, é uma obra de mais de 200 milhões de reais e que vai fortalecer a região que é produtiva e clama, há muito tempo, há muitos e muitos anos, pela restauração dessa estrada. E, aqui, pacientemente, vimos fazendo todos os

entendimentos possíveis para que esse processo fosse acelerado.

Então, é com muita alegria mesmo que eu recebi essa notícia hoje, aliás, há dias, mas, hoje, a confirmação de que tudo está pronto, sem nenhum entrave burocrático, para que o governo do Estado, o governador Jaques Wagner possa fazer esse lançamento de edital de licitação para essa estrada, uma das mais importantes da Bahia.

Quero aqui parabenizar o governador Jaques Wagner, a sua equipe e o secretário de Infraestrutura, Batista Neves, que também se empenhou bastante, muito mesmo, para que se concretizasse esse fato. Parabenizo também a região; tenho certeza de que ela vai receber essa notícia com muita alegria e satisfação. O povo que clama, e clama muito, por esse benefício vai ficar feliz por ter a sua tão cantada Estrada do Feijão totalmente recuperada.

São mais de 200 milhões em caixa, porque já existe a autorização do Senado para que o governador faça esse contrato com o Banco Mundial. Resta apenas a burocracia. Às vezes lutamos contra ela, mas deve existir mesmo para que as coisas sejam mais transparentes e feitas de maneira legal, como nós desejamos, para que essa obra possa ser complementada.

Era essa a notícia que eu queria dar a Casa. Fico muito feliz de estar participando desse processo, dando a minha força e o meu empenho para que essa estrada seja concluída dentro em breve.

Sobre esse projeto que hoje tramita aqui, eu acho que já chegou a hora mesmo de se votar. Não há mais o que se adiar, pois os funcionários já sofreram bastante. Nós já o estudamos muito e sabemos que ele é bom para o Estado. E tenho certeza absoluta de que este Plenário vai saber reconhecer isso.

Muito obrigado. (Palmas)

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Capitão Tadeu):- Com a palavra, por 4 minutos, o deputado Javier Alfaya, para completar o tempo substituindo o deputado Álvaro Gomes.

O Sr. JAVIER ALFAYA:- Presidente, deputados, deputadas, companheiros, companheiras, funcionários e funcionárias da Secretaria da Fazenda que se encontram aqui conosco, na verdade não cabe essa discussão sobre se a votação do projeto do Fisco deve ser amanhã ou dentro de uma semana.

Essa votação é tardia, ela já deveria ter acontecido! A polêmica em torno desse projeto não é de dezembro nem de novembro do ano passado. Há alguns anos existe essa discussão puxada pelo Sindsefaz. Antes de qualquer outra entidade ter sido criada esse sindicato já vinha polemizando esse tema. Acompanho essa discussão há muitos anos, ainda como vereador desta capital.

Conheci a luta de um ex-diretor desse sindicato, meu amigo desde a época da Universidade, quando combatíamos a ditadura, o companheiro Jorge Wilton, que hoje faz parte do *staff* do secretário da Fazenda, companheiro Carlos Martins. Vi de perto todo o esforço que se fazia, dentro da categoria, para reconhecer o mérito das

carreiras que compõem a estrutura de funcionamento da Secretaria.

É um tema que não é novo. Na verdade, estamos na rabeira dessa discussão. Somente a Bahia e o Piauí faltam resolver esse tipo de problema. Quer dizer, não basta a Bahia ter o segundo pior sistema público de educação, ficando à frente apenas de Alagoas, presidente *ad hoc* Capitão Tadeu.

Não basta termos a sexta pior saúde pública do Brasil, resultado desses 25, 30 anos de gestão que se vendia como competente. Era uma gestão exemplar com base naquele velho lema “rouba mas faz”. Roubava e não fazia, na verdade!

E os últimos governantes, ou o último governante, que posou de tecnocrata, de ter organizado o planejamento estadual. Vejamos qual foi o planejamento deste Estado. Uma hiperconcentração de investimentos na Região Metropolitana e o abandono do interior do Estado, o maior Estado da Federação com o sistema viário de BRs mais destruído do país! Esta é a Bahia que temos!

Então precisamos atacar várias frentes. Deputado Tadeu, V.Ex^a, que é funcionário do Estado, capitão da Polícia Militar, sabe que precisamos corrigir erros gravíssimos na Administração Pública baiana, que não será de qualidade, para prestar um serviço ao seu povo, se não fizermos justiça aos funcionários públicos.

O que os companheiros que estão aqui, os Agentes de Tributos, pedem não é privilégio, não é trem da alegria! Aqui ninguém quer virar auditor fiscal sem fazer concurso público, não, o que eles querem é justiça e reconhecimento do trabalho que realizam (palmas), é uma remuneração compatível com o tipo de tarefa que, na prática, realizam.

E é por essa razão, Sr. Presidente, que esse debate ocorre há anos e, mais intensamente, há meses.

(Alguns deputados falam fora do microfone.)

O Sr. JAVIER ALFAYA:- Por favor, Sr. Presidente, há alguns deputados gritando, e eu não os estou entendendo.

O Sr. PRESIDENTE (Capitão Tadeu):- Deputado Javier, ... Por favor, segurem aí o tempo do deputado Javier Alfaya.

O Sr. JAVIER ALFAYA:- Tenho sete segundos...

O Sr. PRESIDENTE (Capitão Tadeu):- Segurem aí o tempo...

O Sr. JAVIER ALFAYA:- Ainda tenho sete segundos...

O Sr. PRESIDENTE (Capitão Tadeu):- Ex^a, vou conceder-lhe os sete segundos e passo a...

O Sr. JAVIER ALFAYA:- Estão ali os sete segundos, tenho sete segundos!

O Sr. PRESIDENTE (Capitão Tadeu):- Continuam os sete segundos, e passo a palavra imediatamente.

O Sr. JAVIER ALFAYA:- Ainda tenho sete segundos, deputado, calma! Ali, ó, quatro segundos, três, dois, um.

Muito obrigado, Presidente.

(Palmas.)

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. Clóvis Ferraz:- Sr. Presidente, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Capitão Tadeu):- Um aparte.

O Sr. Clóvis Ferraz:- Sr. Presidente?

O Sr. PRESIDENTE (Capitão Tadeu):- Questão de ordem.

O Sr. Clóvis Ferraz:- Minha questão de ordem é no sentido, Sr. Presidente, ... é que acho que o deputado Javier Alfaya extrapolou limites. Acho que ele, no afã de agradar o PCdoB... se a filosofia do PC do B é “rouba mas faz”, Sr. Deputado, essa filosofia é de V.Ex^a. Agora não admito... e queria, Sr. Presidente, que o deputado Javier Alfaya ou V.Ex^a, que está presidindo a Mesa, retirasse... do discurso do deputado, porque não aceitamos, pelo menos o nosso grupo político, que se fique fique aqui falando mas de ex-governadores. E ele está se referindo ao ex-governador... Falou sim! (se dirigindo ao Sr. Javier Alfaya), você falou dos ex-governadores, do grupo que tem 25 anos, aliás, V.Ex^a está incluindo Waldir Pires também, está incluindo Nilo Coelho, João Durval, Roberto Santos! V.Ex^a falou de 30 anos, da filosofia do “rouba, mas faz”. Pelo menos, num passado recente, dos meus governadores, dos governos de que participei não era essa a filosofia. Eles trabalharam pelo povo. Agora, se V.Ex^a e o seu partido tem essa filosofia, o caso é diferente, e V.Ex^a fica com a pecha!

Agora peço que se retire..., porque não admitimos, não admitimos e não aceitamos, principalmente vindo de quem está vindo.

O Sr. PRESIDENTE (Capitão Tadeu):- Questão de ordem.

O Sr. Rogério Andrade:- Sr. Presidente, creio que todos ouviram, nitidamente, as palavras do deputado Javier, que disse, alto e bom som, que o governo passado fazia pior do que o que os colegas disseram: que roubava e não fazia.

O partido do deputado Javier é que compactua e sempre compactuou com a roubalheira no país, porque, se há um partido com várias figuras envolvidas em escândalos nacionais, esse partido é o Partido dos Trabalhadores, que é o partido do dinheiro na cueca, o partido mensalão; o partido que apoiou a volta de Sarney à presidência do Senado; que absolveu Renan Calheiros; que trouxe Collor de volta ao cenário político nacional; que resgatou Genuíno, que hoje é deputado federal; que resgatou Delúbio, que quer ser governador de Estado, que resgatou José Dirceu, que está vindo a Salvador dar aula de política. E o PCdoB sempre foi satélite e submisso ao PT, tanto no âmbito do Estado quanto no âmbito nacional!

Então peço ao nobre deputado Javier que respeite a história, o passado e o grande homem público que governou a Bahia num passado recente, o ex-governador Dr. Paulo Souto. Homens sérios, honestos, honrados, que todos reconhecem, tanto o ex-governador Paulo Souto como o ex-governador César Borges. E tantos outros que passaram pela Bahia, como o ex-governador Roberto Santos e o ex-governador João Durval Carneiro.

Então, peço a V.Ex^a que solicite ao deputado Javier que retire as colocações que fez, porque lamentavelmente foram infelizes e injustas.

O Sr. Javier Alfaya:- Questão de ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Capitão Tadeu):- O deputado Javier Alfaya solicitou uma

questão de ordem?

O Sr. Gaban:- Pela ordem, Sr. Presidente.

O Sr. Javier Alfaya:- Sr. Presidente, eu fui citado e gostaria de me colocar.

O Sr. Gaban:- Sr. Presidente, eu solicitei primeiro.

O Sr. PRESIDENTE (Capitão Tadeu):- Srs. Deputados, questão de ordem para o deputado Carlos Gaban.

O Sr. Gaban:- Sr. Presidente, inicialmente, apesar de todo o respeito que tenho por V.Ex^a e pelos demais componentes da Mesa Diretora, antes de formular minha questão de ordem, gostaria de que a Mesa fosse recomposta com aqueles que foram eleitos para dirigi-la. Então, peço a V.Ex^a que, por favor, convoque os membros da Mesa, eleitos para isso, para que a recomponham e eu possa fazer a minha questão de ordem.

O Sr. Javier Alfaya:- Questão de ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Capitão Tadeu):- Questão de ordem do deputado Javier Alfaya.

O Sr. Javier Alfaya:- Sr. Presidente...

O Sr. Gaban:- Sr. Presidente, V.Ex^a tem que recompor a Mesa com aqueles que foram eleitos para isso antes de conceder questão de ordem. Primeiro, cumpra a minha questão de ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Capitão Tadeu):- Como faz parte de um conjunto, antes de tomar decisões, eu já tinha dado a palavra ao deputado Javier Alfaya. Em seguida eu tomarei a decisão.

O Sr. Gaban:- Não, V.Ex^a não tem competência. Não reconheço a competência de V.Ex^a, V.Ex^a não tem competência!

O Sr. PRESIDENTE (Capitão Tadeu):- Deputado Gaban, eu pediria a V.Ex^a...

O Sr. Gaban:- Não, V.Ex^a não tem competência. Não reconheço a competência de V.Ex^a...

O Sr. PRESIDENTE (Capitão Tadeu):- Há uma questão de ordem do deputado Rogério Andrade...

O Sr. Gaban:- V.Ex^a não tem competência! V.Ex^a não merece respeito para presidir. V.Ex^a tem que sair da presidência. Assuma, Rogério, V.Ex^a tem competência para isso!

O Sr. PRESIDENTE (Capitão Tadeu):- Eu pediria a V.Ex^a para dar encaminhamento... Estou aqui, conheço o Regimento desta Casa, mas não vou sair da presidência nesses tons.

O Sr. Gaban:- Não conhece, não! Vai sair, sim. Vai sair!

O Sr. PRESIDENTE (Capitão Tadeu):- Não vou sair da presidência nesses tons!

Eu não vou sair da presidência nesses tons!

O Sr. Gaban:- Vai sair, sim. Vai sair!

O Sr. PRESIDENTE (Capitão Tadeu):- Não vou sair da presidência nesses tons!

A sessão está suspensa por 20 minutos até que se resolva a questão.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Invocando a proteção de Deus, declaro reaberta a sessão.

O Sr. Javier Alfaya:- Questão de ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Questão de ordem do deputado Javier Alfaya.

Gostaria de que fosse breve, deputado.

O Sr. Javier Alfaya:- Sr. Presidente, permita-me os 5 minutos regimentais, porque fui muito citado injustamente em várias questões de ordem, e foi-me solicitado que retirasse do meu discursos expressões que alguns consideravam inadequadas. Tenho muita experiência no Parlamento, tenho 22 anos atuando em Plenário e sei que algumas expressões, quando ofendem pessoas completamente, devem ser retiradas.

Já houve vários episódios aqui, inclusive envolvendo a mim e a V.Ex^a no primeiro mandato...

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- É coisa do meu passado.

O Sr. Javier Alfaya:- É coisa do passado. Quando nos desentendemos, retirei a expressão, e V.Ex^a retirou as expressões em relação a mim.

Então, o que fiz aqui no discurso foi repetir uma expressão do senso comum na sociedade sobre certos tipos de governo, que eram chamados de governos que roubavam, mas faziam. Não citei nominalmente qualquer governador, não citei nomes de políticos. E disse que nos últimos governos, nas últimas administrações pairava uma ideia de tecnocracia, de seriedade, de planejamento, e eu contestei isso. Não citei nome de governador algum, nem quero citar aqui na questão de ordem. Não citei nome de ninguém, nem do último governador, antes de Wagner ganhar, nem dos outros governadores.

Então, Sr. Presidente, a acusação de que teria ofendido A, B, C ou D é incorreta, não procede. O meu discurso está aí, e não vou retificá-lo, vou ratificá-lo. E se alguém quiser analisar o discurso, basta no final da tarde solicitar ao nosso competente serviço de Taquigrafia que, pela internet, distribua para todos os 63 deputados e deputadas, coisa que é feita, aliás, pela intranet da Assembléia, através da qual chegam os discursos até nossos computadores nos gabinetes.

E os interessados na lisura da oratória peguem o texto e vejam se ofendi a algum ex-governador. Se isso tiver acontecido, depois que tiverem lido o meu discurso, amanhã eu pedirei a retificação do meu discurso. Mas não lembro de ter citado nome de governador ou de ex-governador e nem ter acusado alguém de ser ladrão, corrupto ou qualquer coisa desse tipo, termos que foram utilizados na contestação ao meu discursos em questões de ordem, inclusive citando nomes de pessoas, de ex-ministro do governo Lula etc, coisa que não fiz, pois não citei ninguém nominalmente.

Não tenho que retificar o meu discurso político, o meu raciocínio. O que repeti são expressões do meio popular. Como se diz em São Paulo: “Maluf é aquele cara que rouba, mas faz”. Essa é a expressão. Está certo?

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Não vamos adjetivar.

O Sr. Javier Alfaya:- Então, não citei ninguém. Estou apenas pinçando o nome de Maluf, que é uma pessoa condenada pela Justiça para devolver dinheiro público etc. Não há qualquer problema.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Peço à Taquigrafia que traga o discurso do deputado Javier Alfaya, para que eu possa analisá-lo.

O Sr. Javier Alfaya:- Mande para todos os 63 parlamentares. Amanhã, eles vão ler e ficar tranquilos, pois verão que não citei nomes de ninguém. E não vou citar agora, deputado. Sou muito seguro no meu discurso e não tenho problema quanto a isso.

Quero que seja votado amanhã o projeto do Sindsefaz, (Palmas) projeto do governo, para que possamos investir...

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Vou primeiro analisar e depois passarei...

Srs. Deputados, não vou conceder questão de ordem que não seja regimental. Já disse aqui, e vou levar para a reunião da Mesa Diretora amanhã, para que todos os presidentes sigam essa orientação, que questão de ordem somente a que seja regimental, e que seja citado o artigo.

O Sr. Sandro Régis:- Questão de ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Questão de ordem do deputado Sandro Régis.

O Sr. Sandro Régis:- Gostaria de que V.Ex^a realmente pedisse o discurso do deputado Javier Alfaya, porque ele disse, e todos os deputados que estavam no Plenário escutaram, que os governos passados roubavam, e que o último que passou era pior: roubava e não fazia. Acho que é uma falta de respeito com todos os gestores que passaram pelo cargo, inclusive com o mais recente ex-governador, porque a Bahia sabe da integridade, da moral e da honestidade do ex-governador Paulo Souto.

Então, gostaria de que V.Ex^a analisasse o discurso do deputado Javier Alfaya e por conta própria retirasse o que o deputado falou em relação aos governos passados.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Deputado, a primeira coisa que vou retirar é este termo que V.Ex^a utilizou.

O Sr. Capitão Tadeu:- Sr. Presidente, questão de ordem.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Pois não, mas seja regimental.

O Sr. Capitão Tadeu:- Sr. Presidente, eu estava na presidência no momento em que essas questões de ordem foram feitas e iria tomar algumas deliberações. Mas, como tive a honra de passar-lhe o comando, gostaria de dizer a decisão que eu iria tomar, até como sugestão para V.Ex^a. Pediria que verificasse não só o discurso do deputado Javier Alfaya, mas também o aparte do nosso companheiro Rogério Andrade, para ver a colocação que ele fez e se haveria necessidade de alguma observação.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- V.Ex^a será atendido.

Solicito também o aparte do deputado Rogério Andrade para que eu possa analisar os dois discursos. E no do meu querido amigo Sandro Régis, que retire a palavra bobagem.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Com a palavra o Líder do PTN para falar

ou indicar orador, pelo tempo de até 10 minutos.

O Sr. Heraldo Rocha:- Sr. Presidente, falará por 5 minutos o deputado Clóvis Ferraz. E pelos outros cinco, o deputado João Carlos Bacelar.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Com a palavra o nobre deputado Clóvis Ferraz, pelo tempo de até 5 minutos.

O Sr. CLÓVIS FERRAZ:- Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr^{as} Deputadas, Srs. e Sr^{as} da Imprensa, Srs e Sr^{as} da Secretaria da Fazenda ocupando as Galerias Paulo Jackson, o deputado João Carlos Bacelar fez aqui uma denúncia que considero gravíssima. E acho que não estão dando a devida importância pelas justificativas dadas pelo Líder Waldenor Pereira e pelo deputado Gilberto Brito, que na sua boa vontade ligou para a secretaria, deu as explicações de que não vão fazer nada, apenas vão usar ética, etc. Espero que eles usem. E o deputado Gilberto transmitiu aqui o que informaram a ele na Sefaz.

Não estou criticando V.Ex^a, apenas dizendo que transmitiu o que disse aquele órgão sobre a questão do aparelho chamado *software* Guardiã comprado por ela para, segundo o *blog Política Livre*, o governo oficializar espionagem através da Secretaria da Fazenda. Isso é grave! Temos aqui o seguinte:

(Lê) “*Numa medida considerada inusitada pelo próprio Fisco, o governo do Estado resolveu adquirir o polêmico aparelho de escuta telefônica denominado Guardiã para uso da secretaria estadual da Fazenda. O processo, com dispensa de licitação, apesar do valor elevado de R\$ 792,8 mil por ano, foi publicado no Diário Oficial do Estado do último dia 17 de março.*”

Vejam bem, temos também neste texto a opinião de um auditor da Secretaria da Fazenda, Maurício Ferreira, que diz o seguinte:

(Lê) “*Não podemos considerar natural o uso de um aparelho de escuta por um órgão de fiscalização fazendária pelos motivos apresentados pela OAB (Ordem dos Advogados do Brasil): ausência de regulamentação de escuta e riscos grandes de desvio de sua utilização*”, afirma o auditor Maurício Ferreira, ele pertence à diretoria do IAF – Instituto de Auditores Fiscais.

Vejam bem, Srs. Deputados e Sr^{as} Deputadas, nós já temos no país toda essa celeuma causada pelo problema das escutas, de diversas autoridades, inclusive o presidente do Supremo Tribunal, Ministro Gilmar Mendes, ou seja, o Ministério Público da Bahia diz que tem um equipamento de escuta, a própria secretaria de Segurança Pública já tem na diretoria ou superintendência de inteligência um equipamento desse. É temerário, porque o trabalho de investigação fiscal deve ser feito por uma autoridade policial, a fim de que informações sobre infrações não possam ser usadas por outros órgãos, violando a integridade do investigado.

Essa é uma questão grave! Se a própria Secretaria de Segurança Pública já tem dentro da sua estrutura uma coordenação de inteligência, onde são investigados esses casos, e já existe esse equipamento, por que ter um equipamento na Secretaria da Fazenda? Eu pergunto e não concordo aqui com a afirmativa do deputado Edson Pimenta, que diz que as pequenas, médias e grandes empresas, os empresários da Bahia, são sonegadores.

Eu acho que a Secretaria da Fazenda tem os instrumentos necessários para coibir qualquer tipo de sonegação ou elisão fiscal. A Secretaria da Fazenda sempre foi considerada uma das melhores do país em termos de instrumentalização e preparo de seus auditores, de seus técnicos para a fiscalização. Tanto assim que sempre existiu, pelo menos que eu tenha conhecimento desse tempo, uma boa relação entre empresários: sejam pequenos, médios, grandes empresários, os órgãos, as associações como a ASDAB, Associação dos Distribuidores Atacadista, como a ABASE, Associação Baiana de Supermercados, como a Federação do Comércio, o Sindicato dos Comerciantes, então, sempre existiu uma relação muito boa, a Secretaria da Fazenda não pode se instrumentalizar de equipamentos intimidatórios, é preciso ter muito cuidado, porque não é intimidando, não é fazendo práticas, e não estamos aqui dizendo que será feito isso, é que pode dar margem a que sejam feitas práticas de escutas ilegais, como tem ocorrido pelo país afora.

O que estamos falando aqui é que é temerário a utilização desse tipo de equipamento e que é desnecessário, porque a Secretaria da Fazenda tem técnicos, auditores preparados, auditores éticos, que podem fazer essa fiscalização, como tem sido feito, sem precisar fazer intimidação aos empresários.

Nós queremos saber, por exemplo, se foram ouvidas as associações de empresários, CDL, Associação Comercial. Por que só agora quer se utilizar dessa prática de comprar equipamentos para escutas e sabe-se lá se autorizados ou não pela Justiça? Porque...

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Para concluir, nobre deputado Clóvis Ferraz.

O Sr. CLÓVIS FERRAZ:- Para concluir.

(...) uma informação dessa ser passada por diversos atores, isso é que é temerário, uma informação dessa de uma escuta ser vazada para diversos atores. Isso é temerário.

Por isso consideramos que é grave, sim, é grave e deve ser denunciado.

Muito obrigado, Sr. Presidente, Srs. Deputados.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Com a palavra o deputado João Carlos Bacelar, pelo tempo restante de 5 minutos.

O Sr. JOÃO CARLOS BACELAR:- Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr^{as} Deputadas, infelizmente há uma distância abissal entre o discurso e a prática do governador Wagner. O governo fala em ética, o governo fala em democracia, o governo fala em ser republicano e está promovendo, na Bahia, a escuta ilegal, a interceptação telefônica ilegal. É gravíssimo a Secretaria da Fazenda ter adquirido, por 800 mil reais anual, um software para fazer interceptação telefônica.

O deputado Nelson Pellegrino, um ilustre deputado por quem eu tenho grande admiração, é o relator da CPI dos Grampos. O deputado diz que há no Brasil uma verdadeira banalização das interceptações telefônicas. Tudo isso aqui, deputado Heraldo Rocha, são declarações do deputado Nelson Pellegrino sobre interceptação

telefônica. Diz que é fácil conseguir que o Judiciário autorize interceptação telefônica, e que o Ministério Público não deve ter o direito de fazer interceptação. Diz também que interceptação é uma exceção, que é preciso uma legislação mais rigorosa, que as interceptações telefônicas deveriam ser precedidas de inquérito policial.

Aí, o Secretário da Fazenda induz o nobre Líder do governo ao erro, porque diz que esse equipamento é para uma força-tarefa. E quem faz parte dessa força-tarefa? Está aqui no bloco: faz parte da força-tarefa a Procuradoria Geral do Estado, faz parte da força-tarefa a Inspetoria Fazendária de Investigação e Pesquisa. E aí eu pergunto: um procurador do Estado pode fazer interceptação eletrônica? Um auditor fiscal pode fazer interceptação eletrônica? Mas vão fazer porque fazem parte dessa força-tarefa.

O governo Wagner está instaurando o grampo fiscal para intimidar o grampo com finalidade exclusivamente política.

O Sr. Elmar Nascimento:- Um aparte, deputado.

O Sr. JOÃO CARLOS BACELAR:- Com o aparte o deputado Elmar Nascimento.

O Sr. Elmar Nascimento:- Vou concordar com V.Ex^a, deputado João Carlos Bacelar, e dizer-lhe que é praxe deste governo quebrar sigilo. Comprovamos, meu caro deputado João Carlos Bacelar, na CPI da Ebal, que foi quebrado pela Secretaria da Fazenda o sigilo fiscal das empresas sem autorização da CPI nem judicial. E agora, além de já ter quebrado o sigilo fiscal, eles estão querendo quebrar o sigilo telefônico, sem autorização judicial e sem autorização de uma Comissão Parlamentar de Inquérito.

Comprovei, deputado Zé Neto, da leitura dos próprios relatórios fornecidos à CPI pela Secretaria da Fazenda, que eles quebraram o sigilo fiscal de várias empresas, sem que isso tivesse sido votado no âmbito da Comissão e sem autorização judicial.

É exatamente isso, deputado João Carlos, que eles querem fazer. Ao comprar agora esse instrumento do grampo, para grampear e bisbilhotar a vida das pessoas, mais uma vez, o DNA fascista deste governo vai ser mostrado.

O Sr. JOÃO CARLOS BACELAR:- Muito obrigado, deputado Elmar Nascimento.

É um absurdo! É um Estado policial, é um Estado que não investe e nem faz com que a máquina de arrecadação funcione, utiliza um instrumento de exceção, utiliza um instrumento que quebra as garantias constitucionais. É um Estado fascista, é um Estado também com orientação stalinista de ser um Estado perseguidor, de ser um Estado policial, e tudo isso pousando como democrata.

O deputado Javier Alfaya, para mostrar a distância do discurso à prática, lembra que a Bahia é o segundo pior Estado em educação e esquece que, no governo Wagner, não tem aula nas escolas públicas. Aí, não vamos ser o segundo não. Vamos ser o primeiro na América Latina e, aí, ninguém abre a boca, ninguém vem a esta tribuna, da Bancada do governo, dizer que não há aulas nas escolas públicas, que em 2007 perdemos o ano letivo e, em 2008, vamos perder, e ficam com esse discurso de

que estão interessados em justiça social, de que estão interessados em república e em ética.

Nada, só estão interessados em se manter no poder e para isso utilizam instrumentos antidemocráticos e contra a lei, porque não podemos transformar o Estado da Bahia na Grampolândia, e é isso que o governo Wagner tem feito. O Ministério Público, que possui uma central de escutas e de interceptação telefônica, está sendo questionado no Supremo Tribunal Federal, se tem essa prerrogativa. Apesar de eu achar que o Ministério Público tem essa prerrogativa, citei aqui o depoimento do relator da CPI dos Grampos, sendo contrário...

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Para concluir, deputado.

O Sr. JOÃO CARLOS BACELAR:- (...) a que o Ministério Público tenha esse direito, e aqui na Bahia, no governo dito democrático de Wagner, um procurador do Estado vai ter direito a fazer grampo e um auditor fiscal do Estado vai ter direito a fazer grampo. Tudo isso, para intimidar a população baiana.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Horário das Lideranças Partidárias.

O Sr. Waldenor Pereira:- Questão de ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Questão de ordem, deputado Waldenor Pereira.

O Sr. Waldenor Pereira:- Sr. Presidente, conforme prometi a V.Ex^a, promovi uma reunião com os Líderes de Blocos e Bancadas, os que compõem a Bancada de Situação nesta Casa legislativa, para consultá-los a respeito da manutenção da data de votação do projeto do Fisco para amanhã ou para para a próxima semana. Consultei, quero aqui publicamente informar, os Líderes Álvaro Gomes, do PCdoB, Paulo Rangel, do Partido dos Trabalhadores, Ronaldo Carletto, do Partido Progressista, Leur Lomanto Júnior, do PMDB, Paulo Câmara, do Bloco PSDB/PSL/PTB/PRTB e também o Líder Euclides Fernandes, do PDT/PSC/PRB, e a nossa Bancada decidiu pela manutenção do dia de amanhã para a votação do projeto.

(As Galerias se manifestam.)

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- As Galerias não podem se pronunciar. Senhores, peço mais uma vez, não gritem, por favor.

Conclua, deputado.

O Sr. Waldenor Pereira:- Sr. Presidente, só para concluir, quero dizer que naturalmente é a decisão de V.Ex^a, na condição de presidente desta Casa, mas a opinião da Bancada do governo é pela manutenção da votação para amanhã, tendo em vista que consideramos que os prazos regulamentares foram cumpridos de acordo com o Regimento da Casa.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Deputado, o presidente da Casa apenas cumpre o Regimento. Pelo Regimento, está na Ordem do Dia para amanhã. Só não será votado por acordo de Lideranças. Se houve mal entendido entre os Líderes, faz parte do jogo político entre os Líderes, mas a Presidência não tem poder de retirar o projeto, exceto se for por acordo de Lideranças, o que não houve.

O Sr. Gaban:- Questão de ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Questão de ordem do deputado Gaban.

O Sr. Gaban:- Sr. Presidente, em nome do Poder Legislativo, do qual faço parte há 4 mandatos, gostaria de lamentar uma decisão autoritária que a Bancada do governo toma, nesta Casa, de uma forma que vai... Sinto, fico chateado e triste, primeiro, como parlamentar. Segundo, como uma pessoa que gosta da Bahia. Ele fazia uma cisão dentro da Secretaria da Fazenda. Instalou-se a comissão e não se permitiu a discussão. Atropela-se o Regimento desta Casa, no meu entender, à medida que as comissões instaladas em fevereiro tiveram o fim específico de votar o projeto de aumento do salário dos funcionários públicos. Tanto isso é verdade, Sr. Presidente, e fica registrado nos anais desta Casa, que houve eleição para o presidente... Em fevereiro, mantivemos a mesma comissão que vinha funcionando no passado. Essa comissão que fizemos agora, esta que tem validade... Foram eleitos o presidente da Comissão de Constituição e Justiça, o presidente da Comissão de Finanças e Orçamento, o presidente da Comissão de Finanças e Orçamento... Gostaria de que V.Ex^a acompanhasse... Gostaria de relatar que naquela comissão na qual houve o acordo para se aprovar o projeto para não prejudicar os servidores públicos, mantiveram-se as comissões com as presidências do passado. A partir de agora que recomeçaram os serviços da devida publicação no Diário Oficial do Poder Legislativo...

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Deputado, isso não é questão de ordem. Por favor...

O Sr. Gaban:- É questão de ordem sim, porque se está quebrando o Regimento da Casa, porque se está desrespeitando o Regimento. Houve votação para se eleger o membro da Comissão de Constituição e Justiça, depois de se publicarem todos os membros da Comissão de Finanças e Orçamento, da Comissão de Comissão de Educação... Se a outra estava valendo, por que não funcionou nesse período entre aquela instalação e a nova instalação? Funcionou a comissão. Por que houve uma nova eleição? Então, está-se quebrando o Regimento de uma maneira autoritária. Tem-se que lamentar. Antes diziam: carlista não obedece, cumpre. Agora, nem sei o que se está fazendo. Passam o rolo-compressor e dividem a Fazenda.

Estava defendendo a Bahia, defendendo a união dos dois segmentos. Achei e acho que poderíamos encontrar situações que atendessem os dois segmentos. Senão, vou fazer um discurso hoje no horário do DEM, vou programar que o IAF cruze os braços, faça uma greve e vamos pedir um Adim ao Supremo Tribunal Federal. Enquanto isso, vamos acabar com a arrecadação do Estado, que não tem compromisso.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Deputado Gaban, respeito a posição de V.Ex^a, mas gostaria de dizer que o Regimento não está sendo quebrado. As comissões foram instaladas, os prazos são regimentais. Jamais colocaria um projeto nesta Casa se não tivesse cumprido os prazos regimentais. Eles estão dentro do Regimento. Não tenho o poder de retirar o projeto exceto por acordo de lideranças.

O Sr. Gilberto Brito:- Questão de ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE(Marcelo Nilo):- Questão de ordem do deputado Gilberto Brito.

O Sr. Gilberto Brito:- Sr. Presidente, vou sugerir aqui uma coisa mediadora, bem pacífica. Arranjar uma maneira de não se deixar o cabrito morrer nem a onça passar fome. Vota um pedaço num dia e o outro pedaço no outro. Muito obrigado.

O Sr. Pedro Alcântara:- Questão de ordem, Sr. Presidente.

O Sr. Waldenor Pereira:- Questão de ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Deputado Waldenor, é sobre outro assunto? Peço a compreensão de V.Ex^a. Deputado Pedro Alcântara, esqueci-me de V.Ex^a. Questão de ordem de V.Ex^a.

O Sr. Pedro Alcântara:- Agradeço a V.Ex^a. Vi que V.Ex^a havia esquecido. V.Ex^a é muito justo na condução dos trabalhos nesta Casa. Como a nossa posição, como Líder do PR, já estava tomada, vamos acompanhar a posição do Líder da Maioria. O PR concorda em votar o projeto amanhã. (Palmas) É a posição da Liderança. Como havíamos dito, vamos liberar a nossa bancada.

A Comissão que foi instalada não era da legislatura anterior. Estávamos na Comissão e assumimos o nosso mandato, definitivamente, a partir de janeiro. Então, o deputado Gaban está equivocado. Não é por isso que vamos pregar uma greve na Secretaria da Fazenda. Acho que o prejuízo seria do Estado. (Palmas) Não há motivo para se pregar a greve, deve-se reconhecer o resultado democrático aqui nesta Casa.

Este é um processo democrático, esse projeto está sendo muito debatido. Todos já estamos com opinião formada sobre ele e não há mais motivo de se protelar a votação. Portanto, sou contra qualquer greve, principalmente na Secretaria da Fazenda neste momento. (Palmas) Precisamos, ao contrário, recuperar nossa economia, a economia do nosso Estado. Muito obrigado, Sr. Presidente. Muito obrigado, Srs. Deputados.

O Sr. Presidente (Marcelo Nilo):- Horário das Lideranças Partidárias.

O Sr. Waldenor Pereira:- Pela ordem, Sr. Presidente.

O Sr. Presidente (Marcelo Nilo):- Questão de ordem, deputado? É sobre outro assunto não é? Pois não.

Questão de ordem do deputado Waldenor.

O Sr. Waldenor Pereira:- Sr. Presidente, eu gostaria de solicitar a V.Ex^a uma verificação de quórum para continuidade da presente sessão.

Quero explicar, até para tranquilizar aqueles que nos acompanham, que temos um requerimento de urgência para ser votado e só poderemos votá-lo numa nova sessão extraordinária, daí porque a nossa iniciativa de solicitar que esta sessão seja encerrada, se possível, para, 1 minuto após, o Sr. Presidente reabrir uma nova sessão.

Portanto solicito a verificação do quórum para continuidade da presente sessão.

O Sr. Presidente (Marcelo Nilo):- V.Ex^a será atendido.

O Sr. João Carlos Bacelar:- Pela ordem, Sr. Presidente.

O Sr. Presidente (Marcelo Nilo):- Pela ordem o deputado João Carlos Bacelar, do PTN.

Pois não, deputado.

O Sr. João Carlos Bacelar:- Sr. Presidente, uma das funções do Poder Legislativo é a votação de projetos oriundos do Executivo, mas essa não é a maior função nem, talvez, a função mais nobre. Temos a função de fiscalizar os atos do governo, por isso denunciamos, hoje, a tentativa da Secretaria da Fazenda de burlar a legislação e instalar na Bahia o verdadeiro grampo fiscal, como instrumento de perseguição política e fiscal. Isso pode até se casar com o projeto maior da Secretaria da Fazenda, do secretário e do governador do Estado de promover um verdadeiro aparelhamento da máquina fiscal do Estado, com a única e exclusiva finalidade de obter vantagens políticas dessa ação. Estamos denunciando, e vários deputados já se pronunciaram. Poderíamos usar o Horário das Representações Partidárias para discutirmos esta questão.

Amanhã, em outra função do Legislativo, a partir das 10 horas, deputado Heraldo Rocha, estaremos aqui homenageando a Polícia Militar da Bahia pelo seu desempenho durante o Carnaval, fazendo com que essa que é considerada a maior festa popular do mundo transcorresse na mais absoluta calma. Então esta é outra função do Legislativo.

O deputado Heraldo Rocha iria falar ou vai falar no Horário do DEM sugerindo medidas para o governo do Estado. Enfim, a gente pode utilizar a riqueza dos debates de alto nível que interessam à comunidade, e não apenas ficar na função homologatória de sacramentar projetos oriundos do Poder Executivo.

Infelizmente, indo de encontro a toda história e tradição de quando eram oposição nesta Casa, os deputados, hoje da Base governista, têm apenas a intenção e o objetivo de atender os interesses do Poder Executivo, abrindo mão até das funções que lhes cabe constitucionalmente.

Por isso que não entendo o porquê da questão de ordem do deputado Waldenor Pereira, no sentido de derrubar a presente sessão, que estava sendo rica em debates com denúncias e com sugestões que poderiam aperfeiçoar a máquina pública do Estado.

Então, Sr. Presidente, de acordo com os entendimentos entre as diversas lideranças e V.Ex^a, solicito que destine os 15 minutos que foram acordados para que possamos manter o quórum e continuar a presente sessão cumprindo uma das funções primordiais desta Casa, que é a discussão dos graves problemas que afligem a Bahia, a exemplo da educação que foi totalmente erradicada no governo Wagner. Não existe e tenho aqui convocado a comissão de Educação para sairmos a qualquer hora e visitar uma escola da rede pública estadual de Salvador para ver se tem aula. Não tem aula.

Por isso, solicito a V.Ex^a os 15 minutos para a verificação de quorum.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- V.Ex^a será atendido. Gostaria que o painel fosse zerado, marcasse 15 minutos, tendo em vista uma verificação de quorum solicitada pelo deputado Waldenor Pereira.

Solicito aos Srs. Deputados que estão no cafezinho, no Salão Deputado Nestor Duarte, nos gabinetes, na biblioteca, na Liderança da Minoria acessando o site www.heraldorocha.com.br, que venham ao plenário tendo em vista uma verificação

de quorum de continuidade da sessão.

O Sr. Heraldo Rocha:- Questão de ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Questão de ordem, deputado Heraldo Rocha, V.Ex^a tem a palavra assegurada.

O Sr. Heraldo Rocha:- Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Deputados, mantive-me por toda a tarde a observar as discussões paralelas entre os diversos parlamentares. E fazendo uma análise da tarde que tivemos hoje, eu me preocupo muito com essas medidas ditatoriais que vêm sendo tomadas pelo governo do Exm^o Sr. Governador Jaques Wagner.

O deputado João Carlos Bacelar, com a sua prática e experiência como legislador municipal de Salvador, presidente da Câmara, e hoje um dos deputados mais atuantes desta Casa, traz uma denúncia das mais graves. Deputado João Carlos Bacelar, nós necessitamos de mandar essa publicação ao Diário Oficial da denúncia publicada no *blog Política Livre* do jornalista Raul Monteiro, cuja manchete é a seguinte: “Governo oficializa espionagem através da Secretaria da Fazenda”.

Deputado João Carlos Bacelar, eu tenho quase 20 anos de Parlamento e nunca vi nem no período da ditadura uma situação tão grave. Data vênia, o nosso Líder do governo num esforço sobre-humano não conseguiu explicar o inexplicável. O deputado Waldenor, com todo o seu esforço hercúleo, não conseguiu explicar essa espionagem do governo Jaques Wagner. Se não bastasse, esse projeto que iremos discutir daqui a pouco da Controladoria-Geral do Estado acabando praticamente com o Tribunal de Contas dos Municípios. Não há necessidade, mas o que ele quer com esse projeto, deputado, até já nomeou o controlador antes de votar, a imprensa já noticiou o nosso companheiro, meu amigo particular, ex-deputado Emiliano José. Observem que ainda não votaram o projeto, e há submissão, com todo respeito, deputado Waldenor, da sua Bancada Já nomearam o meu amigo particular e nobre ex-deputado Emiliano José como coordenador da CGE.

Segundo, há algo mais grave. E aí sugiro, deputado João Bacelar, convocarmos para vir à Casa, através de Comissão de Infraestrutura, o presidente da CDL, o presidente da associação das pequenas e microempresas – porque deve haver uma associação –, o presidente da Associações Comerciais do Estado, para mostrarmos a gravidade disto que vou relatar.

Se eu fosse deputado de governo, renunciaria ao meu mandato. Isso aqui não há como explicar. Isso aqui é o que há de mais grave na história republicana de nosso Estado. Se não bastasse a partidarização da Secretaria da Fazenda, se não bastasse isso, agora vem o Exm^o Sr. Secretário da Fazenda, Carlos Martins, adquirir sem licitação o aparelho Guardiã.

Deputado Luiz de Deus, deputado José Nunes, deputado Gaban, isso aqui é uma das coisas mais graves a que eu já assisti na história republicana: o aparelho Guardiã para fiscalizar as empresas da Bahia através de espionagem. Isso é uma Gestapo. Isso aqui parece com a polícia de Hitler. Isso aqui é uma verdadeira Gestapo. Não há explicação, Sr. Presidente. Compraram um aparelho desses...

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Para concluir, deputado.

O Sr. Heraldo Rocha:- Vou concluir dizendo o seguinte: isto aqui é para policiar? Não. Espionar, grampear os empresários da Bahia. É o cúmulo essa Gestapo que o governo Wagner quer criar na Secretaria da Fazenda.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O Sr. Waldenor Pereira:- Questão de ordem.

O Sr. Gaban:- Questão de ordem.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Com a palavra o deputado Waldenor Pereira, posteriormente, o deputado Gaban.

O Sr. Waldenor Pereira:- Sr. Presidente, gostaria, mais uma vez, de explicar à nossa Bancada e aos servidores que nos acompanham que a decisão tomada de derrubar a sessão é, apenas, um procedimento parlamentar necessário tendo em vista que convocaremos, aliás, já apresentamos um requerimento à Mesa Diretora para a convocação de uma sessão extraordinária 1 minuto após o encerramento desta sessão. Portanto, 1 minuto após o encerramento desta sessão, uma vez naturalmente derrubada por falta de quórum, nós iniciaremos outra sessão extraordinária para a apreciação de um requerimento de urgência cujas apreciação, votação e aprovação em sessão extraordinária se fazem necessárias.

Mas gostaria, mais uma vez, de lamentar a precipitação da Oposição em fazer uma denúncia vazia. Isto se chama denúncia vazia: querer imputar ou responsabilizar nosso governo, mais especialmente a Secretaria da Fazenda, por algo que a Secretaria da Fazenda não tem competência para fazer. A Secretaria da Fazenda, através de convênio formulado entre o Poder Executivo, Tribunal de Justiça e Ministério Público criou, através de convênio firmado, formalizado, publicado e de conhecimento público geral, uma força-tarefa para acompanhar, apreciar atos de corrupção e de sonegação fiscal, repito, corrupção e sonegação fiscal.

Portanto, a força-tarefa constituída pelo governo estadual é mais uma iniciativa para combater, para acabar os atos de corrupção e sonegação fiscal no Estado da Bahia.

Aliás, é importante destacar que muitas investigações e auditorias já realizadas resultaram na identificação de irregularidades, de malversação e de desvio de recursos públicos. Já resultaram, inclusive, em representação do Ministério Público à Justiça, na identificação e na prisão de gestores que cometeram atos de improbidade administrativa.

Eu, por exemplo, já tive a oportunidade de acompanhar vários procedimentos da força-tarefa constituída na Bahia.

E a aquisição desse equipamento de interceptação foi autorizado pelo Ministério Público, pelo Tribunal de Justiça e pela Secretaria da Segurança Pública, compondo uma iniciativa do nosso governo, da Secretaria da Fazenda, dentro do programa de promoção da modernização da máquina arrecadatória do Estado da Bahia.

Diga-se de passagem, um programa financiado pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento, o BID, que já o financia desde o governo anterior, que era apoiado pelos nobres colegas deputados que apresentam essa denúncia. Enfim, é um programa

de informatização, de modernização tecnológica e informacional, que acabou resultando na realização desses investimentos, inclusive na aquisição desses equipamentos.

Então trata-se de uma denúncia totalmente descabida, improcedente e equivocada que não tem guarida legal, não tem amparo realmente em nenhum dispositivo de lei.

Por isto, Sr. Presidente, gostaria de solicitar que V.Ex^a, ao encerrar esta sessão, caso o quórum não seja restabelecido, convoque uma extraordinária para 1 minuto após o encerramento desta, conforme o requerimento já apresentado à Mesa, para darmos sequência à discussão dos grandes temas de interesse da Bahia.

Muito obrigado.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Com a palavra o deputado Gabam por 2 minutos e 24 segundos, para uma questão de ordem.

O Sr. Gaban:-Registro a presença do presidente da UPB, Roberto Maia. É uma satisfação muito grande tê-lo aqui. Daqui a pouco vamos começar a discutir o projeto da CGE.

E amanhã vou tratar desse projeto inconstitucional – levando-se em conta a jurisprudência existente – que está tramitando aqui na Casa, que o governo vai votar de uma maneira açodada, usando maioria que tem.

Já falei várias vezes nesta Casa sobre a Adin com que vamos entrar no Supremo Tribunal Federal. Mas o governo do Estado e esta Assembléia vão ter o constrangimento de votar um projeto inconstitucional, que fere o art. 37 da Carta Magna, no qual estão definidas as atribuições que são privativas de auditores fiscais, profissionais que para ingressarem no serviço público da Bahia tinham de ter o nível universitário. E agora estão querendo dar as mesmas atribuições dos auditores aos agentes de tributos, funcionários que ingressaram no serviço público estadual com a exigência de que tivessem o nível médio de escolaridade.

Eu pergunto: o que adianta votar um projeto dessa natureza, criando uma cisão nessa secretaria, meu querido deputado Waldenor, se não se mexe no teto? O teto salarial vai ficar achatado. O certo seria mexer no teto salarial, e aí criaríamos o subteto. Poderíamos mudar a Constituição do Estado para permitir que se mude o teto para beneficiar os auditores fiscais, os agentes de tributos, os coronéis, a procuradoria, que estão todos com os salários achatados.

Então se vai apresentar um projeto, e sabe o que vai ocorrer? Em vez de 40%, haverá uma redução de 60% nos salários dos fazendários, além da inconstitucionalidade.

Amanhã, usarei o tempo para mostrar as jurisprudências. Faço uma pergunta, pois as que fiz até agora ninguém aqui conseguiu respondê-las: gostaria de saber de V.Ex^a, deputado Waldenor, e daqueles que defendem esse projeto do governo se houver um caminhão de uma grande empresa – se o projeto prevê que a fiscalização seja feita pelos agentes de tributos em cima de pequenas empresas – transitando de São Paulo para cá, por quem será feita a fiscalização dele? Para essa pergunta não há resposta, porque a resposta não existe!

Então resta lamentar que, mesmo sabendo da inconstitucionalidade do projeto, o governo usa a sua Maioria para dividir uma secretaria e não cuida dos problemas principais que lá existem.

O governo federal está indo numa direção, o governo de São Paulo também, e a Bahia, lamentavelmente,...

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Deputado Gaban, infelizmente...

O Sr. Gaban:- Para concluir, Sr. Presidente.

(...) está indo em direção inversa num momento em que o governo deveria estar concentrado na crise mundial, que está afetando o Estado da Bahia e diminuindo a sua arrecadação. Mas resta-nos lamentar, e vamos tratar da CGE daqui a pouco.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Lembro aos Srs. Deputados que, um minuto após o encerramento desta sessão por falta de quórum, haverá uma sessão extraordinária.

Está encerrada a sessão.

*Informamos que as Sessões Plenárias se encontram na internet no endereço <http://www.al.ba.gov.br/sessoes.cfm>. Acesse ao caminho **Atividades Parlamentares - Sessões Plenárias** e leia-as na íntegra.*